

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
CENTRO DE RECURSOS HÍDRICOS E ECOLOGIA APLICADA

LUCAS AUGUSTO DOS REIS BECO

“O direito à vida como valor central na educação ambiental:
impactos socioambientais da indústria animal e possibilidades de
transformação a partir de uma educação ambiental não-especista”

São Carlos
2019

LUCAS AUGUSTO DOS REIS BECO

“O direito à vida como valor central na educação ambiental:
impactos socioambientais da indústria animal e possibilidades de
transformação a partir de uma educação ambiental não-especista”

Monografia apresentada ao Centro de
Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada da
Universidade de São Paulo (CRHEA-USP),
para obtenção do título de especialista em
Educação Ambiental

Orientadora: Janete Brigante

VERSÃO CORRIGIDA

São Carlos
2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Prof. Dr. Sérgio Rodrigues Fontes da
EESC/USP com os dados inseridos pelo(a) autor(a).

B398" Beco, Lucas Augusto dos Reis
 "O direito à vida como valor central na educação
 ambiental: impactos socioambientais da indústria animal
 e possibilidades de transformação a partir de uma
 educação ambiental não-especista" / Lucas Augusto dos
 Reis Beco; orientadora Janete Brigante. São Carlos,
 2019.

 Especialização (Especialização em Educação
 Ambiental e Recursos Hídricos: desenvolvendo ações
 sócio-ambientais) -- Escola de Engenharia de São Carlos
 da Universidade de São Paulo, 2019.

 1. Educação ambiental. 2. Ética animal. 3.
 Ecocentrismo. 4. Indústria da carne. 5. Práticas
 transformadoras. I. Título.

Eduardo Graziosi Silva - CRB - 8/8907

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
CENTRO DE RECURSOS HÍDRICOS E ESTUDOS AMBIENTAIS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL 2017-2019

FOLHA DE APROVAÇÃO

Declaramos que *Lucas Augusto dos Reis Beco* apresentou seu trabalho de conclusão de curso intitulado *O direito à vida como valor central na Educação Ambiental: impactos socioambientais da indústria animal e possibilidades de transformação a partir de uma educação ambiental não-especista*, no dia 30 de janeiro de 2019, o qual foi lido e aprovado por todos os membros da banca examinadora constituída por:

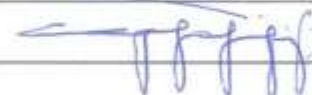
Dra Janete Brigante (orientador)




Dra Maressa Pomaro Casali Pereira



Dr, Evaldo Luiz Gaeta Espindola



São Carlos, SP, 30 de janeiro de 2019



Prof. Dr. Evaldo Luiz Gaeta Espindola
Coordenador do Curso de Especialização

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, à VIDA, em todas as suas formas e manifestações, em todos os seus mistérios e aos nossos bilhões de anos de existência e consciência no Universo sagrado, vivo e infinito.

Agradeço à minha mãe, Edna Barros dos Reis, pela vida, por me ensinar a voar e por todos os sonhos e valores que compartilhamos; ao meu pai Leonel Anciães Beco, pela amizade, pelo exemplo de trabalho e caráter e por todo o apoio com os meus estudos; e ao meu irmão, Rodrigo Leonel dos Reis Beco, por todos os aprendizados, pelos momentos inesquecíveis da infância e pelo respeito que aprendemos a cultivar em meio às nossas diferenças.

Agradeço aos amigos de escola, de graduação, de especialização e de tantos encontros, parcerias, lutas e aprendizados em São Carlos, cidade que me acolheu e me formou como cidadão, ambientalista, educador e profissional.

Agradeço à minha querida companheira, Thais de Biagi Viana, por me ensinar a cada dia um pouco mais sobre amor, respeito e empatia; pelos anos de jornada juntos; e pela nossa casinha, nossas plantinhas e nossas filhotas de quatro patas que alegam nossos dias.

E agradeço à Universidade de São Paulo, pelas oportunidades que me proporcionou desde a graduação até aqui; aos aprendizados, risadas e parcerias com a turma deste curso de especialização; e ao carinho, atenção e dedicação dos professores Janete, Márcia e Evaldo, ao longo desta jornada.

RESUMO

BECO, Lucas A. R. **“O direito à vida como valor central na educação ambiental: impactos socioambientais da indústria animal e possibilidades de transformação a partir de uma educação ambiental não-especista”**. 2019. 73 f. Monografia (Especialização) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

A presente monografia se constitui de uma revisão bibliográfica sobre a crise ambiental do antropoceno, em relação aos paradigmas éticos que fizeram e fazem com que a espécie humana negue o direito à vida, à liberdade e à dignidade aos animais não-humanos, tratando-os como meros recursos para nossa alimentação e outros fins; sobre os principais impactos ambientais da indústria da carne no Brasil e no mundo; sobre o histórico da educação ambiental crítica brasileira; e sobre algumas abordagens e práticas transformadoras em educação ambiental que podem incorporar o direito à vida, em uma perspectiva ecocêntrica e não-especista, para uma transição societária mais ética e sustentável, livre de qualquer forma de exploração animal.

Palavras-chave: Educação ambiental; Ética animal; Ecocentrismo; Indústria da carne; Práticas transformadoras.

ABSTRACT

BECO, Lucas A. R. **“The right to life as a central value in environmental education: socio-environmental impacts of the animal industry and possibilities for transformation from a non-speciesist environmental education”**. 2019. 73 f. Monografia (Especialização) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.

This monograph consists of a bibliographical review of the environmental crisis of the Anthropocene, in relation to the ethical paradigms that makes and have made the human species deny the right to life, freedom and dignity to nonhuman animals, treating them as mere resources for our food and other purposes; of the main environmental impacts of the meat industry in Brazil and around the world; of the history of brazilian critical environmental education; and of some transformative approaches and practices in environmental education that can incorporate the right to life, from an ecocentric and non-speciesist perspective, to a more ethical and sustainable societal transition, free from any form of animal exploitation.

Keywords: Environmental Education; Animal ethics; Ecocentrism; Meat industry; Transformative approaches.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Imagem do vídeo: “A Engrenagem”	48
Figura 2 – Imagem do vídeo: “Além do Carnismo”	49
Figura 3 – Imagem do vídeo: “Quantos animais matei hoje?”	50
Figura 4 – Imagem do vídeo: “Vegana”	51
Figura 5 – Imagem do vídeo: “A carne é fraca”	52
Figura 6 – Imagem do vídeo: “ <i>Cowpiracy – The Sustainability Secret</i> ”	53
Figura 7 – Imagem do vídeo: “Uma questão de direitos”	54
Figura 8 – Imagem da série: “ <i>The Meatrix</i> ”	55
Figura 9 – Imagem do vídeo: “ <i>Meat the Truth</i> ”	56
Figura 10 – Imagem do vídeo: “ <i>The Herd</i> ”	57
Figura 11 – Imagem do vídeo: “Se fast food falasse?”	58
Figura 12 - Imagem do vídeo “Animal Sente”	60
Figura 13 – Estampa de camiseta	62
Figura 14 – Micro intervenção: “Aos invisíveis”	63
Figura 15 – Micro intervenção “Agridoce”	63
Figura 16 – Micro intervenção: “banquinha com alimentos, panfletos e faixa”	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – “Principais aspectos do antropocentrismo e ecocentrismo”	13
Quadro 2 – Pensamentos e valores, nas perspectivas autoafirmativa e integrativa	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
OBJETIVO.....	3
METODOLOGIA.....	3
RESULTADOS E DISCUSSÃO	4
1. Crise Ambiental, uma crise ética de valores humanos em relação à natureza e aos outros seres vivos.....	4
1.1 O Antropoceno	4
1.2 Do antropocentrismo ao ecocentrismo - caminhando para uma ecologia mais profunda	9
1.3 Especismo e Direitos Animais	18
2. Principais Impactos ambientais gerais da indústria da carne	26
3. Educação Ambiental e práticas transformadoras.	32
3.1 A Educação Ambiental Crítica brasileira.....	32
3.2 Por uma Educação Ambiental ecocêntrica e não-especista	39
3.3 Práticas Transformadoras	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

INTRODUÇÃO

Vivemos uma crise ambiental global, amplamente divulgada e reconhecida para além dos espaços acadêmicos, que, há algumas décadas, trouxe importantes reflexões teóricas e práticas sobre as contradições entre, de um lado, a preservação da Terra - seus subsistemas bióticos e abióticos e a sadia qualidade de vida humana e de todas as espécies - e, do outro, o crescimento econômico desenfreado do capitalismo globalizado e seus diversos impactos sociais, ambientais e éticos. Durante a segunda metade do século XX, foram realizados, em nível internacional e com a participação da Organização das Nações Unidas (ONU), importantes reuniões oficiais com chefes de Estados; assinatura de tratados e acordos; e publicações de documentos de referência sobre as questões ambientais que ganhavam, progressivamente, uma atenção e preocupação maior da comunidade científica e de muitas lideranças governamentais e não-governamentais.

Além de terem influenciado e orientado a criação e aprimoramento de legislações ambientais mais claras em diversos países; a atuação dos próprios governos, empresas, organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais pelo mundo, este processo internacional também trouxe a Educação Ambiental como tema e como política fundamental para a busca necessária de uma superação da crise ambiental anunciada, cujos principais marcos históricos foram a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, realizada pela UNESCO e o Programa de Meio Ambiente da ONU (PNUMA), em 1977; e a ratificação do “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” na Eco-92.

A Política Nacional de Educação Ambiental considera a EA como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. ” (BRASIL, 1999). A educação ambiental, portanto, trabalha diretamente com as relações das pessoas entre si, em seus diversos ambientes, bem

como com as diversas relações que estabelecemos com os inúmeros elementos naturais, vivos e não vivos, que dividem conosco o planeta Terra. Neste sentido, considerando o direito à vida como valor fundamental para a educação ambiental, de forma geral, o objetivo central do presente trabalho é trazer para o centro do debate, a partir de uma perspectiva ética não-antropocêntrica e não-especista, as relações que estabelecemos com as outras espécies animais, especificamente.

A educação ambiental trabalha quase sempre com temas geradores como resíduos, águas e energia, solos e florestas, biodiversidade, entre outros, questionando a exploração e irresponsabilidade humanas para com estes elementos, para que façamos uma transição para uma sociedade mais sustentável. Contudo, a ética antropocêntrica, profundamente enraizada em nossa cultura, nos dificulta enxergar que a relação que estabelecemos com as espécies que compartilham as maiores semelhanças e necessidades fisiológicas e emocionais, de afeto, medo, dor e cuidado parental, por exemplo, conosco - as espécies animais - é de exploração, escravização e violências, como se suas vidas não tivessem nenhum valor intrínseco e próprio, além da perspectiva utilitarista dominante que os trata como meros objetos à disposição da espécie humana para diversos fins.

A magnitude e as consequências nocivas dos diversos impactos ambientais causados pela nossa sociedade capitalista, industrial e globalizada, nas águas, nos solos, nas florestas e na atmosfera, dos quais precisamos para sobreviver, são cada vez mais confirmadas. Entretanto, pouco se questiona a respeito da relação direta que a indústria animal - principalmente a criação em larga escala de bovinos, suínos, frangos e outras aves, peixes, bem como seus derivados como leites, laticínios e ovos - tem com esses impactos. Além do aspecto pouco ou nada ético em explorar bilhões de seres vivos e sencientes que sofrem, todos os dias, por nossa ganância, nossa tirania, nossos caprichos e preferências de consumo.

A crise ambiental que vivemos é uma crise ética dos valores humanos e para que a sociedade humana se sustente neste planeta, precisaremos aprender a valorizar, cooperar com e (por que não?) AMAR a vida na Terra, seja em suas formas humanas,

ou em suas formas não-humanas. A educação ambiental pode ser um solo fértil para trazer o direito à vida como valor central para a nossa sociedade, a partir de atitudes e de práticas transformadoras vinculadas a uma ética ecocêntrica, mais sensível, mais justa e mais igualitária, mesmo para quem não pode falar por si.

OBJETIVO

Sistematizar e apresentar práticas transformadoras em educação ambiental, por uma perspectiva ética não-antropocêntrica e não-especista, a partir de revisão bibliográfica sobre a crise ambiental, a ética animal e a própria educação ambiental; e sobre os principais impactos socioambientais gerais da indústria animal (carnes, ovos, laticínios e vestuário).

METODOLOGIA

Os materiais utilizados para o presente projeto foram artigos nacionais e internacionais; dissertações; livros publicados; legislações nacionais; documentos internacionais; bem como sítios eletrônicos vinculados aos temas apresentados na seção “Objetivo” e selecionados a partir de buscas com palavras-chave, além de trabalhos de autores reconhecidos dentro do campo da educação ambiental e da ética animal.

Foi realizada uma revisão bibliográfica dos materiais selecionados a fim de apresentar e relacionar os principais conceitos dentro da temática do trabalho; de apresentar dados qualitativos e quantitativos relacionados; e de sistematizar e descrever, a partir da pesquisa realizada, as práticas transformadoras encontradas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Crise Ambiental, uma crise ética de valores humanos em relação à natureza e aos outros seres vivos.

1.1 O Antropoceno

O crescimento da população humana global é um dos fatores que aumentam a pressão nos sistemas da Terra e que amplificam os impactos ambientais que causamos. A população humana era próxima a 2,5 bilhões de pessoas em 1950, chegou a 6,5 bilhões em 2005 e se estima que em 2100 possa estar entre 8 e 10 bilhões (MILLER, 2013). Estima-se também que a população mundial, agora, já seja maior que 7,6 bilhões (WORLDMETERS, 2018). Mas além do fator quantitativo, nossos padrões de vida, de produção e consumo, médios e em cada região do planeta, compõem o fator qualitativo das interferências e dos impactos ambientais que causamos nas nossas cidades, nos campos e nos ecossistemas da Terra.

Desde meados do século XX, passamos a exercer pressões muito maiores sobre alguns dos mais cruciais ciclos biogeoquímicos da Terra, em relação ao restante da história da humanidade. Os ciclos do carbono e do nitrogênio, bem como o próprio ciclo da água, estão sendo modificados intensamente e se distanciando dos padrões que garantiram o florescimento e a estabilidade da vida no Holoceno. Atualmente se considera que, a partir da revolução industrial, surgiu uma nova era geológica na qual as ações humanas se tornaram o principal impulsionador das mudanças ambientais globais, chamada de Antropoceno. Isto é, um período bem recente no qual as atividades humanas têm desequilibrado o sistema da Terra para fora do estado ambiental estável do Holoceno, com consequências prejudiciais ou mesmo catastróficas para grandes partes do mundo (ROCKSTRÖM et al., 2009).

No documento “*The Global Environment Outlook: Environment for the future we want (GEO-5)*” do Programa das Nações Unidas para o Ambiente se confirma que os

efeitos das atividades humanas podem ser detectados em escala planetária e isto levou cientistas a definirem esta nova era geológica, o Antropoceno, com base na evidência de que os processos atmosféricos, geológicos, hidrológicos, biológicos do Sistema Terrestre estão sendo alterados pela atividade humana (PNUMA, 2012).

São as nossas ações e intervenções no ambiente em que vivemos que provocam, objetivamente, os impactos ambientais antrópicos, contudo, as causas dessas ações podem ter sua origem no modo como compreendemos nosso ambiente, nossa própria existência e as infinitas relações existentes no sistema Terra. Brügger (1994) afirma que a crise ambiental é muito mais a crise de uma sociedade do que uma crise de gerenciamento da natureza. É uma crise dos valores, comportamentos e paradigmas que causaram, ao longo de nossa história, as consequências socioambientais com as quais nos deparamos hoje. Pires et al (2014) apontam que para o desafio de solucionar ou superar a ação predatória da humanidade em relação a seu ambiente, não bastam mudanças no paradigma tecnológico apenas, mas também no paradigma comportamental, considerando que nosso comportamento patológico prejudica outras formas de vida e ameaça, inclusive, a vida humana.

“A crise ambiental (...) não remete apenas aos aspectos físicos, biológicos e químicos das alterações do ambiente. O colapso vai além da natureza externa: trata-se de uma crise civilizatória contemporânea; uma crise de valores, que é cultural e espiritual. A degradação ambiental é a consequência do conflito interno que contagia a espécie humana, a qual se afasta de si na busca pelo poder e pela dominação. Por falta de sensibilidade à dor, a civilização automutila-se lentamente sem perceber.” (LOVATTO et al, 2011).

A visão tradicional e ainda dominante da natureza, como mar infinito de recursos que existe para ser superexplorada por nossa espécie, possibilitou que o homem desencadeasse uma série de processos devastadores aos solos, às águas, à atmosfera e às múltiplas formas de vida que necessitam desses elementos naturais e neles

habitam. “Apesar das expectativas catastróficas, continuamos onipotentes diante do papel autoritário que nos concedemos. (...) A questão central da crise está vinculada à esfera ética, a qual do ponto de vista ecológico pode ser alterada a partir de uma mudança cultural urgente que permitirá optar por outras formas de desenvolvimento” (LOVATTO et al, 2011).

Hoje, principalmente por causa do intenso crescimento econômico baseado nos combustíveis fósseis e nas formas industrializadas de agricultura e pecuária, as atividades humanas, globalmente, atingiram um nível que pode prejudicar o equilíbrio natural dos sistemas biogeoquímicos da Terra. Estes impactos podem ser irreversíveis e, em alguns casos, podem causar transformações ambientais abruptas prejudiciais para a humanidade e outras formas de vida (ROCKSTRÖM et al., 2009).

As dimensões e a capacidade da Terra são limitadas e não mudam, portanto, nenhum subsistema da Terra pode crescer de forma ilimitada (MEADOWS, 1972). Mas a tendência geral que se pode verificar sobre o crescimento da população humana, bem como a de diversos indicadores ambientais como consumo de água; consumo de papel; Produto Interno Bruto; número de veículos motorizados; perda de espécies e de florestas naturais, entre outros, é a de uma curva exponencial ascendente que tem colocado a Terra, seus habitantes e seus sistemas naturais de regulação, cada vez mais, sob pressão (LEONARD, 2011).

Na tentativa de mensurar limites quantitativos dentro dos quais seria garantida uma condição segura de “funcionamento” equilibrado da Terra, Rockström et al. (2009) propuseram nove indicadores ambientais-chave: alterações climáticas; taxa de perda de biodiversidade (terrestre e marinha); interferência com os ciclos de nitrogênio e fósforo; depleção de ozônio estratosférico; acidificação dos oceanos; uso global de água doce; mudança no uso da terra; poluição química; e emissões de aerossol atmosférico. Baseados nesta proposição de limites quantitativos dentro dos quais seriam minimizados os riscos ambientais, mantendo-se uma condição ecológica planetária mais segura, os autores comparam os valores obtidos para a condição atual dos indicadores em relação aos valores propostos como limite-planetário de cada um deles. Considerando o grau de

incerteza numérica envolvida nos cálculos para a estimativa destes limites ecológicos, adotou-se uma abordagem conservadora, no sentido de limites mais seguros. Assim, dos nove indicadores apresentados, a análise sugere que as mudanças climáticas; taxa perda de biodiversidade; e interferência com o ciclo do nitrogênio (3 das 9) já transgrediram seus limites seguros, podendo trazer consequências irreversíveis para o equilíbrio ecológico e bioquímico da Terra.

Nosso impacto coletivo no planeta, de forma bastante genérica, pode ser representado pela fórmula $I = P.A.T$, desenvolvida na década de 70, na qual I representa o Impacto; P representa o tamanho da população; A representa a afluência (ou consumo); e T, a tecnologia utilizada. Sem desmerecer a importância do desenvolvimento de tecnologias verdes (T) que minimizem impactos, dificilmente teremos uma diminuição significativa e necessária em nosso impacto (I) com uma população global (P) ainda crescente e com o padrão de consumo médio (A) que nos trouxe à esta crise ambiental. Nossos desafios são interligados e sistêmicos e tecnologias verdes não nos salvaram, pois representam apenas parte deste quadro (LEONARD, 2011).

Nesta perspectiva, não basta atenuar os problemas e os impactos que produzimos como sociedade com tecnologias mais limpas, sem repensar nossos padrões de vida e desenvolvimento: é necessário refletir se a nossa própria economia - caracterizada pelo produtivismo e pelo consumismo de cada vez mais “coisas” - não está em conflito direto com a ecologia. Essas duas ciências carregam em seus nomes o radical “*Oikos*” ou “Eco” (que pode ser traduzida para o português como “casa” ou “ambiente habitado”) são dois sistemas que, segundo Leonard (2011) “não apenas dialogam o tempo todo, mas como um é subsistema do outro”. A autora - que se dedicou a estudar e divulgar os impactos ambientais gigantesco de nossa “economia de materiais” que produz uma infinidade de “coisas” de forma linear a partir do modelo extrair-fazer-descartar - afirma que qualquer invenção humana, inclusive nosso sistema econômico, é um subsistema da biosfera; e que “para que um sistema exista dentro de outro, deve respeitar os limites do primeiro”.

Nós, humanos, independente de todo o universo de concreto, metal e plástico que construímos nos locais em que habitamos, ainda somos animais que habitam e participam dos diversos ecossistemas do planeta. Uma das relações que naturalmente estabelecemos, desde que existimos é a predação de plantas e outros animais para nossa sobrevivência. Mas, hoje, nossa cultura globalizada, capitalista, ultra-racional, reducionista, materialista, positivista e imperialista de tradição ocidental e pós-iluminista estabelece uma relação muito diferente com os outros seres para produzir e consumir alimento. Mais ou menos tudo o que nos é dito sobre alimentos e agricultura pelos oligarcas que dominam nossas vidas - o governo, as corporações, o mercado financeiro e grande parte da academia - é falso, ou pelo menos, seriamente enganoso (TUDGE, 2018).

Tudge (2018) discute e refuta algumas afirmações comuns e recorrentes sobre agricultura global, considerando-as como mentiras e equívocos, entre elas: que precisamos produzir cada vez mais comida; que a medida em que se aumenta a renda se aumenta também a demanda por carnes; que precisamos de ainda mais campos produtivos e mais atividade pecuária; que apenas tecnologias de ponta podem resolver a questão da oferta e demanda alimentar global; e que não se poderia alimentar o mundo com uma agricultura orgânica. Já produzimos mais do que o suficiente para as nossas necessidades, mas a ênfase precisa mudar de produção e crescimento para sustentabilidade e resiliência. Para cada bilhão de pessoas que passam fome, outro bilhão sofre de “doenças de excesso”. O real motivo para promover a indústria global da carne, e dos extensos campos de monocultura que a sustentam, não é a satisfação das necessidades das pessoas.

A crescente indústria animal consegue “absorver” de forma lucrativa a produção agrícola, de forma economicamente engenhosa, mas ecologicamente catastrófica. A agricultura moderna e industrializada não objetiva o bem-estar humano nem ecológico, mas sim o lucro bilionário das corporações, bancos e governos que nos doutrina a comer, cada vez mais, seus produtos (TUDGE, 2018).

O antropoceno é o símbolo, ao mesmo tempo, de nosso poder, mas também de nossa impotência em sustentar nossa economia e nossa população em harmonia com os sistemas ecológicos que mantêm nossa existência. Para reverter este cenário de catástrofe ambiental para nossa espécie e muitas outras, é preciso focar nosso tempo e energia para fazer o que é necessário para mudar a sociedade, e não pequenas causas individuais ou isoladas. É preciso apoiar e garantir o cumprimento de acordos globais internacionais, como os acordos climáticos, e outros esforços de longo alcance para reverter o impacto da nossa sociedade no mundo não humano que nos sustenta (BARNETT, 2018).

Transformações culturais de grande escala são certamente necessárias se queremos estabelecer relações mais sustentáveis na Terra, mas mudanças significativas de menor escala, ou escala local, também são fundamentais para buscar um padrão de vida mais ecológico. O desafio atual é encontrar caminhos, em vários contextos, de superar o antropocentrismo (BARNETT, 2018).

Para avançarmos nesse sentido, é necessário repensar e transformar significativamente nossos valores. Isto é, a forma como nos compreendemos e nos inserimos no sistema Terra, bem como avançar nas formas como nos relacionamos com os outros elementos vivos e não vivos de nosso planeta-ambiente. É preciso compreender qual racionalidade, quais valores e qual ética que nos trouxe a este ponto, para buscar novas perspectivas e valores, baseadas em uma ética profundamente ecológica.

1.2 Do antropocentrismo ao ecocentrismo - caminhando para uma ecologia mais profunda

Dada a relação intrínseca da vida humana com o ambiente que nos rodeia, assim como com outras espécies, é preciso cada vez mais expandir a abrangência da nossa ética, ainda muito antropocêntrica, para uma ética que internalize o valor intrínseco da natureza em todas as suas formas, não só as humanas. A partir de um estudo sobre a evolução da ideia de natureza ao longo do tempo, Marques da Silva (2012) aponta que

“a expansão do universo de consideração moral para além das fronteiras da humanidade é, no contexto da história da ética, um fenômeno muito recente”. O autor afirma que a construção de uma ética ambiental depende da evolução das relações que estabelecemos com a natureza, bem como da evolução da ideia que temos sobre sua essência e das noções que temos sobre seu valor.

Neste sentido, é possível analisar as principais características da relação que estabelecemos com nosso ambiente em determinados períodos históricos: desde um relacionamento muito semelhante aos dos outros animais na nossa pré-história; ao advento de uma concepção mágica e mística, por vezes ilustrada pelo paradigma de uma Terra-mãe nas primeiras civilizações que já dominavam a agricultura; passando pelos persistentes e fecundos esforços intelectuais dos filósofos da Grécia Antiga, que influenciaram profundamente os valores do mundo ocidental na busca por compreender a constituição da matéria e teorizar sobre as diferenças entre o mundo das ideias e o mundo dos sentidos; até a noção da natureza-relógio de René Descartes (1596-1650) - privada de qualquer valor intrínseco ao ser limitada a recurso, matéria-prima e objeto das necessidades e caprichos do sujeito humano - em que a superioridade da razão do homem fundamenta o atual paradigma capitalista, industrial, mecanicista e fragmentado que nos trouxe à atual crise ética e ambiental (MARQUES DA SILVA, 2012).

“É preciso entender as contribuições do Humanismo tanto em relação à valorização das capacidades humanas como na dominação dos demais seres vivos pelo ser humano.” (SANTOS, 2009). Para superar e avançar em relação aos valores da nossa ética dominante, uma ética não-ambiental, é preciso refletir sobre ela. Esta ética tem relação direta com o antropocentrismo como sistema de pensamento que considera o homem como centro do universo, ou como medida de todas as coisas. “Seria a crença na existência de uma linha divisória, clara e moralmente relevante, entre a humanidade e o resto da natureza; que o ser humano é a principal ou única fonte de valor e significado no mundo e que a natureza não-humana aí está com o único propósito de servir aos homens” (BENJAMIM, 2011). Podemos considerar esta visão mais estrita, que sequer considera a importância da conservação ambiental e de relações mais harmônicas com as outras espécies como “Antropocentrismo puro”.

“Nessa ética, o sistema de valores instituídos considera o ser humano como centro do universo, no qual todas as coisas existem em função dele e para ele. A natureza é vista como algo sem vida e mecânico, um elemento desprovido de valores que não os utilitários. (...)a visão mecanicista da natureza está intimamente associada à ética antropocêntrica, na qual o ser humano retira-se da natureza, pois sua capacidade racional específica, não identificada em outros seres da natureza, torna-o separado e ao mesmo tempo ocupando um lugar central. Estabelece-se, com isso, uma valorização utilitária da natureza: ela vale pelo uso que o ser humano faz dela” (SANTOS, 2009).

Santos (2009) afirma também que a partir do advento do humanismo e do antropocentrismo, “a filosofia, que até então estava muito ligada à religião, passa a aproximar-se mais da ciência”, refletindo “um novo sentido de ser humano, mais independente, capaz de compreender os fenômenos naturais por meio de sua própria racionalidade, tornando-se, mais tarde, evidente a possibilidade de dominação do mundo natural. ” Neste contexto, a doutrina cartesiana contribuiu muito para desenvolver uma relação dualista e dominadora do animal humano com relação aos animais não-humanos, demais seres vivos e a própria Terra, até os dias atuais, quando se torna alvo de grandes questionamentos a partir da crise ambiental contemporânea.

Nas últimas décadas, principalmente com a emergência e popularização da questão ambiental, dos discursos e práticas ambientalistas, houve alguns avanços em relação à visão mais estreita ou tradicional do antropocentrismo, mas que não necessariamente supera o valor central desta perspectiva ética. Chalfun (2010) entende que o “Antropocentrismo alargado” seria este posicionamento dominante hoje, que já considera e internaliza valores ambientais e alarga nossa esfera de consideração ética, ainda que o humano - seus direitos e sua vida - siga sendo o eixo central. Nesta concepção entende-se a importância do meio ambiente e de algumas espécies progressivamente, mas muitas vezes, ainda de forma meramente utilitária, uma vez que os seres humanos precisam de recursos naturais como terra, água, ar, alimento e combustíveis em quantidade e qualidade suficientes para manter sua existência, ou seja,

a grande “vítima” da crise ambiental seria a espécie humana, a única com valor intrínseco e não apenas valor de uso, nesta visão de mundo.

Este abrandamento do antropocentrismo tradicional também pode ser denominado de “antropocentrismo intergeracional” quando assume uma forma “temporalmente ampliada do antropocentrismo clássico”, ao enfatizar obrigações do presente para com os seres humanos do futuro - tal como é incorporado na nossa Constituição Federal de 1988; na Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA, 1981); e em diversas legislações regionais e federais de diversos países. Esta solidariedade intergeracional, dentro da espécie humana, é a visão dominante dentro dos estudos, práticas e normas ambientalistas hoje em dia e é justamente um dos pilares da noção corrente de sustentabilidade (BENJAMIM, 2011).

É bastante comum que se limite a reflexão, no discurso e nas práticas ambientais recorrentes, até este ponto do antropocentrismo intergeracional, que não zela pelo equilíbrio e pela manutenção das condições ecológicas da Terra como um todo, mas sim por um desenvolvimento (humano) sustentável para garantir os nossos direitos aos recursos naturais, vivos e não vivos, dos quais necessitamos - como objetos que existem para nos satisfazer, enquanto únicos sujeitos portadores de direitos e de valor existencial próprio na natureza.

Entretanto, a proposta do presente trabalho é justamente considerar e apresentar uma terceira linha de pensamento que se opõe mais frontalmente ao antropocentrismo, quando se considera também a importância e o valor intrínseco das formas de vida não-humanas. Este “não-antropocentrismo” pode se apresentar na perspectiva biocêntrica ou ecocêntrica, que preservam grandes semelhanças no sentido de trazer a vida - de forma mais ampla - para o centro de consideração moral, mas possuem também algumas diferenças. Estas diferenças de terminologia e do que representam não serão exploradas profundamente aqui, mas de forma genérica: o biocentrismo atribui valor intrínseco e individual às outras espécies, sobretudo animais, fazendo assim uma interessante interface com o movimento animalista; e o ecocentrismo amplia ainda mais nosso universo de consideração para toda a vida na Terra, incluindo também os

elementos abióticos que compõem nossos ecossistemas, numa perspectiva mais sistêmica e menos individual (cada organismo ou espécie) (PERCIVAL, 2018; ALBUQUERQUE et al, 2017).

O ecocentrismo, enquanto a corrente de pensamento pautada na ética ecológica ou planetária, entende que a natureza não foi criada para o ser humano, uma vez que já existia antes dele, e os seres vivos possuem valor próprio independente de terem ou não utilidade para os interesses humanos (CHALFUN, 2010).

Benjamim (2011) aponta que nesta vertente, inexistiria qualquer linha rígida entre o vivo e o inanimado, entre o humano e o não-humano e que “a principal consequência da adoção do pensamento não-antropocêntrico seria um modelo técnico-jurídico muito mais protetor da Terra e de seus múltiplos sistemas”, incluindo os sistemas humanos. Dentro das linhas do ecocentrismo, o autor inclui tendências relacionadas aos “direitos animais” (*animal liberation*); ao ecofeminismo; à ecologia social; à cosmologia animística dos povos indígenas, dentre outras que “propõem uma alteração ontológica na nossa visão da natureza e do nosso relacionamento com ela”.

Quadro 1 – “Principais aspectos do antropocentrismo e ecocentrismo”

Antropocentrismo puro	→	Antropocentrismo alargado	→	Ecocentrismo
Homem como única fonte de valor intrínseco		Perspectiva dominante		Ampliação do universo de consideração ética para além do homem
Elementos naturais e seres não-humanos têm valor meramente instrumental (recursos)		Aspecto intergeracional		Valor existencial para elementos não-humanos
Influência de René Descartes (1596-1650)		Incorporação da questão ambiental sem superar a ética antropocêntrica		Influência da Ecologia Profunda (Arne Naess)

FONTE: O autor (2019)

Curiosamente, podemos fazer uma relação destas diferentes perspectivas com a visão geocêntrica que se tinha, séculos atrás, desde então, nos colocando ao centro dos outros astros - visão que foi suplantada pela compreensão do modelo heliocêntrico do sistema solar. Dentro da biosfera terrestre, de forma análoga, não há nada além de nosso próprio autojulgamento egoísta que afirme que nossa espécie seja superior ou tenha mais direito à vida do que as outras milhões de formas de vida que compartilham o planeta conosco.

Exemplos de uma visão mais ecocêntrica incorporada pelo Estado são as constituições da Bolívia (2009) na qual “o exercício do direito ao meio ambiente saudável, protegido e equilibrado deve permitir aos indivíduos e coletividades das presentes e futuras gerações, além de outros seres vivos, de maneira normal e permanente”; e a do Equador (2008) que, pela primeira vez no mundo, prevê expressamente direitos para além da espécie humana, ao considerar a Natureza, ou Pachamama, como titular de direitos. Em 2010, a Bolívia também incorpora direitos à natureza, associados a deveres humanos perante a ela, a partir da *Ley Madre Tierra* (LOURENÇO et. al, 2012).

Em 1973, o norueguês Arne Naess cunhou o termo “Ecologia Profunda” em contraposição, justamente, à visão rasa - muitas vezes mesmo dentro da ecologia, das ciências ambientais e da educação ambiental - de que o ser humano está acima ou fora do que se entende como natureza. Trata-se da necessidade de mudança de paradigma do materialismo mecânico que enxerga os elementos naturais, vivos e não-vivos, como elementos isolados e fragmentados e como meros recursos à disposição do homem, para uma visão de que todas as “coisas” estão fundamentalmente conectadas em um processo planetário de constantes fluxos dinâmicos, instáveis e criativos: simbolicamente, uma mudança de paradigma de uma Terra-máquina para uma Terra-organismo (FOX, 2003).

A Ecologia Profunda é baseada em três ideias centrais. A primeira é a necessidade de apresentar questões mais profundas sobre a nossa relação com o mundo à nossa volta, questionando as causas dos problemas ambientais, ao invés de simplesmente responder ou reagir aos sintomas ou consequências destes problemas. A

segunda é a proposta de superar as formas antropocêntricas de pensamento, valoração e ação por formas ecocêntricas, uma vez que o ser humano não é a única entidade, ou espécie, dotada de valor intrínseco na natureza; e a terceira é cultivar a auto-realização a partir de uma relação mais íntima com nosso ambiente, que permita uma ampliação da noção de vida e que, considerando as conexões que perpassam nosso ser e tudo que nos cerca, possamos compreender nosso ambiente como extensão de nossa própria vida e cuidar da Terra, de nós e das outras espécies como uma só vida (FOX, 2000).

Segundo CAPRA (1997),

“A ecologia profunda faz perguntas a respeito dos próprios fundamentos da nossa visão de mundo e do nosso modo de vida modernos, científicos, industriais, materialistas e orientados para o crescimento. Ela questiona todo esse paradigma com base numa perspectiva ecológica: a partir da perspectiva de nossos relacionamentos uns com os outros, com as gerações futuras e com a teia da vida da qual somos parte. ”

Uma abordagem curiosa e interessante, que ganhou certa projeção e audiência nas ciências ambientais, no sentido de uma ecologia profunda e sistêmica, foi proposta por James Lovelock e Lynn Margulis e ficou conhecida como “Teoria de Gaia”. Em Lovelock (2006) o cientista define Gaia como:

“O nome da Terra entendida como um sistema fisiológico único, uma entidade que é viva pelo menos até o ponto em que, assim como outros organismos vivos, os seus processos químicos e a sua temperatura regulam-se automaticamente em um estado favorável aos seus habitantes”; e “um sistema em evolução, um sistema constituído por todos os seres vivos e o seu ambiente na superfície terrestre, os oceanos, a atmosfera e as rochas da crosta, essas duas partes firmemente unidas e indivisíveis. Esse é um ‘domínio emergente’ - um sistema que surgiu da evolução recíproca de organismos e do seu meio ambiente ao longo dos éons de vida

na Terra. Nesse sistema, as autorregulações do clima e da composição química são inteiramente automáticas. A autorregulação surge à medida que o sistema evolui. Não há previsão, planejamento ou teleologia (sugestão de um plano ou propósito da natureza) envolvidos. ”

Preservar o equilíbrio do sistema Terra é preservar e valorizar nossa própria vida. Para isto, é preciso questionar e superar o papel central atribuído ao ser humano em um mundo que, do ponto de vista antropocêntrico e utilitarista, é formado por meras coisas, objetos e recursos. Um verdadeiro diálogo que permita a ampliação dos próprios horizontes requer a abertura verdadeira ao outro, a consideração de um universo subjetivo distinto do nosso. A partir de um processo de desobjetificação da natureza, passamos a vislumbrar a “outridade da natureza” (GRÜN, 2009) e estabelecer um diálogo e uma verdadeira experiência com a natureza - com todos os seres humanos e não humanos. Este diálogo profundo com a natureza requer um tratamento como “Tu” e não mais como “coisa” (GRÜN, 2007).

Reconhecer o valor, os direitos, as especificidades e necessidades do outro é uma forma respeitosa de se relacionar que está longe de ser universalmente aplicada pelas pessoas e organizações humanas, mesmo para dentro da própria espécie. Indivíduos e grupos específicos que detêm poder econômico, ideológico e político relativamente menor - como ocorre, em geral, com as mulheres, indígenas e negros, pessoas de sexualidade e identidade de gênero diferentes do padrão, determinados grupos religiosos etc. - sofrem diariamente violências e discriminações diversas pelos grupos e pela cultura dominante. Incorporar e aplicar a ética e respeito profundo, que se julga fundamental nas relações humanas, também para outros seres não-humanos, pode ser ainda mais desafiador, mas é uma atitude que não pode ser relegada para um futuro distante, uma vez que a possibilidade de reversão dos impactos catastróficos do Antropoceno está relacionada a esta profunda mudança de valores.

Sobre as reais diferenças entre nós e os outros seres vivos, Santos (2009) afirma que:

“Plantas e animais são biologicamente distinguíveis, classificados em inúmeros grupos, enquanto que para distinguirmos animais não humanos e homens, além de alguns fatores biológicos, como a aptidão intelectual, o bipedismo, a posição vertical e o polegar opositor, é preciso recorrer principalmente a distinções de caráter social, como a Cultura. (...) (que) oferece-nos a possibilidade de diferenciar homens e demais animais com mais propriedade, sendo melhor, talvez, “definir a humanidade em termos de cultura humana, e não da natureza humana” (SANTOS, 2009, p.93).

E, ainda, sobre as possíveis causas da distinção antropocêntrica tradicional que estabelecemos com eles:

“A grande questão é entender por que os homens, em sua grande maioria, tentam ocultar ou desprezar o fato de que o ser humano é um animal que, apesar de todas as características que o diferenciam, alguns de seus atributos físicos vitais assemelham-se aos dos demais Animais. ” (...) “evidente que a questão presente nessa diferenciação entre humanidade e animalidade é um aspecto importante para os homens, uma vez que a partir da mesma, a dominação sobre quase todos os demais seres vivos parece justificada” (SANTOS, 2009).

A humanidade, de forma geral, ainda está muito distante da perspectiva ecocêntrica pois esta requer o “divórcio” efetivo com a visão cartesiana e antropocêntrica que orienta nossa cultura global dominante. Esta cultura nos impede de enxergar fatos óbvios dos quais somos conveniente e constantemente alienados: de que somos animais da classe dos mamíferos e de que nossos corpos e nossa cultura não estão fora da natureza, ou do meio ambiente Terra. “A relação sociedade-natureza demanda um outro olhar e um novo caráter de relacionamento, no qual o valor de cada ser e de cada elemento que a constitui, apesar de todas as necessidades humanas, também precisam ser considerados. ” (SANTOS, 2009).

1.3 Especismo e Direitos Animais

Ao longo de sua história o animal humano buscou reforçar suas diferenças com os animais não-humanos, a partir dos quais o próprio conceito do que vem a ser humano é constituído. O termo “especismo” foi proposto pelo psicólogo britânico Richard Ryder, em 1970, e logo popularizado pelo filósofo australiano Peter Singer. (BRÜGGER, 2009). Segundo Singer (1998):

“O especismo pode ser definido como qualquer forma de discriminação praticada pelos seres humanos contra outras espécies. Como o racismo ou o sexismo, o especismo é uma forma de preconceito que se baseia em aparências externas, físicas etc. A simples constatação de uma diferença é usada como um pretexto ou motivo para a não aplicação do princípio ético da igualdade, entendida como igual consideração de interesses. (...) A crítica ao especismo é especialmente elucidativa para repensarmos atitudes nossas tão arraigadas como saborear a carne de um animal, um interesse muito pequeno quando comparado à vontade de viver daquele animal. ”

A partir da racionalidade antropocêntrica e instrumental, o animal humano reproduz uma relação de domínio e exploração com os outros animais baseada em diversas práticas consideradas imorais, quando aplicadas em humanos, mas amplamente naturalizadas e justificadas para os outros animais. Além da produção industrial de carnes e derivados de animais para alimentação, outras expressões comuns do especismo são: “o uso de peças de vestuário cujas matérias-primas são provenientes de animais; a vivisseção – a realização de operações ou estudos em animais vivos para a observação de determinados fenômenos – bem como o uso de animais como ferramentas de ensino; o uso de animais em práticas ditas esportivas ou de diversão; os jardins zoológicos etc.” (BRÜGGER, 2009).

O especismo, portanto, é uma categoria de discriminação que, segundo Lourenço et al (2012), torna o pertencimento a uma determinada espécie como pré-requisito para o acesso à comunidade moral. Devemos questionar a estreiteza da ética especista com

a qual nos acostumamos, quando consideramos que o interesse e o direito que temos à nossa própria vida, à liberdade e à integridade física e psíquica não se fundamenta na nossa condição humana, senão na nossa condição animal - uma vez que todo animal também busca manter sua vida, sua liberdade e sua integridade física.

Este preconceito segue enraizado em nossas práticas mesmo quando adotamos uma conveniente seletividade em relação a alguns seres, em geral alguns poucos animais domésticos como cães e gatos, aos quais se atribui um status de mais merecedores de respeito e proteção aos maus tratos, enquanto vacas, porcos e galinhas, por exemplo, não são carecedores de valor algum, não possuindo direitos, nem mesmo à vida (FANGUEIRO, 2016).

A partir destes questionamentos, surge o discurso em defesa dos animais, cujas origens históricas mais recentes remontam aos séculos XVIII e XIX na Inglaterra, mas que se consolidam academicamente a partir das décadas de 70 e 80 com as obras de Peter Singer, *Animal Liberation*, e de Tom Regan, *The case for animal rights*. (LOURENÇO et al, 2012). Estes dois filósofos são exemplos expoentes das duas principais correntes da literatura e do movimento animalista (BRÜGGER, 2009). Além da perspectiva puramente antropocêntrica, que não considera a defesa animal, podemos considerar como as duas principais correntes da defesa dos direitos animais, a corrente “bem-estarista” (Paul Singer) e a dos direitos animais, ou abolicionista (Tom Regan).

Sobre o bem-estarismo, Rodrigues (2010) afirma:

“Em linhas gerais, o bem-estarismo é reformista, ou seja, endossa as premissas éticas exclusivamente antropocêntricas atualmente postas, mas repudia a crueldade no trato com os animais. Como resultado, os escritos desses autores costumam ser permeados por expressões como “tratamento humanitário” e “proibição de crueldade desnecessária” (como a permitir sofrimento quando necessário for para os interesses humanos). Deste modo, a instrumentalização dos animais é abonada, tomadas as necessárias cautelas para reduzir seu sofrimento ao mínimo possível. Por ser mais maleável, o bem-estarismo costuma ser a perspectiva adotada

pelo arcabouço legislativo e por órgãos representativos das classes biomédica, científica e industrial. Bem-estarismo é a válvula de escape para a preservação de interesses econômicos que, devido a pressões sociais, já não podem satisfazer-se sem alguma concessão. ”

A corrente bem-estarista ou reformista, então, considera e busca melhorar as condições nas quais os animais criados vivem: os padrões de tratamento dado aos animais, como jaulas e gaiolas mais amplas, uso de anestésicos, formas “menos cruéis” de abate etc., sem, no entanto, questionar o fato de que estes animais, em sua maioria, seguem sendo aprisionados, manejados e mortos para o benefício humano. Pode-se considerar, portanto, que esta corrente está mais ligada ao antropocentrismo alargado do que às linhas bio/ecocêntricas, uma vez que não existe qualquer interesse animal que não estaria subordinado aos interesses humanos sobre suas vidas (CHALFUN, 2010; BENJAMIN, 2011).

São bastante conhecidas no movimento animalista, as críticas direcionadas a esta corrente reformista pelo ativismo em prol dos direitos animais, ou do abolicionismo animal. Segundo Brügger (2009), as chamadas medidas bem-estaristas são implantadas em situações em que há indícios de que formas diferenciadas de tratamento podem melhorar a produtividade ou qualidade dos produtos animais; ou quando existem pressões da opinião pública sobre os maus tratos animais, já que nem sempre é aceitável “assumir abertamente uma postura favorável à manutenção do *status quo*. ” A autora também afirma que tais “inovações” permitem a perpetuação de práticas especistas já existentes, tornando-as mais aceitáveis, ao invés de propor uma mudança de paradigma na relação com os animais.

Já a postura ética abolicionista, como segunda grande corrente neste tema, luta por um mundo sem jaulas, e não com jaulas mais amplas ou confortáveis. Brügger (2009) afirma que:

“(…)independentemente do quanto acreditamos “tratar bem” os animais não-humanos, estes não devem nos servir como alimento, como peças do vestuário, como sujeitos de testes em

experimentos cirúrgicos, toxicológicos, militares ou espaciais, entre outros, e não devem tampouco ser objetos de pretensas formas de diversão ou esporte, cultos religiosos, ou quaisquer outras práticas que não sejam de seu interesse como indivíduos ou, pelo menos, como espécie. ”.

Para Rodrigues (2010), esta segunda corrente de pensadores advoga a extensão dos direitos fundamentais individuais aos animais não-humanos, pois os animais, não poderiam ser objeto de qualquer forma de manipulação, considerando que suas vidas, assim como as humanas, possuem valores em si mesmas, e não só valor utilitário.

A ideologia especista pode ser comparada, então, com outras manifestações de preconceitos existentes na sociedade, como o racismo e o sexismo. De forma análoga, estas ideologias são convenções criadas pelos grupos dominantes para ter poder e dominar o outro. “Os preconceituosos – especistas, racistas ou sexistas – acreditam seriamente que são superiores aos outros, simplesmente por fatores biológicos, de natureza sexual, racial ou especista. ” (FANGUEIRO, 2016).

O especismo tende a ser mais invisibilizado, ainda, em relação a estas outras formas de preconceito, discriminação e violências sofridas por grupos humanos, pelos animais ainda serem relegados ao mesmo status de recurso ou de objetos úteis ao homem, como os demais elementos naturais como a água, o ar e o solo. Entretanto, apesar da ligação com o direito ambiental e as causas ecológicas, o ramo do direito dos animais não pretende protegê-los somente dentro do contexto ecossistêmico ou da sustentabilidade antropocêntrica, mas sim o animal por ele próprio, por sua condição de ser vivo. Não se trata, portanto, de proteção apenas na esfera da ética planetária ou global, mas sim, uma ética animal que considera individualmente os seres, conferindo-lhes proteção às violências e crueldades e, assim, conferindo-lhes proteção não só na esfera ecológica, mas também em relação a práticas de entretenimento, experiências científicas, alimentação, animais domésticos etc. (CHALFUN, 2010).

A discussão dos direitos animais ainda se encontra na fronteira da ética com o direito (BENJAMIM, 2011). Considerar direitos animais não significa garantir direitos

iguais, muito menos superiores aos animais, mas romper com a visão de que esses seres não têm direito algum, que sejam autômatos ou máquinas que não têm interesse em manter suas próprias vidas, sua saúde e sua integridade física e psíquica. Os animais “se não reconhecidos como sujeitos, pela maioria, igualmente, não se pode afirmar que sejam objetos, que não sentem dor, que não sofrem e que podem ser usados de qualquer forma”. As diferenças, e nossa suposta superioridade intelectual, não deveria nos conferir mais direitos que os outros animais, mas sim, mais deveres e responsabilidades para com eles (CHALFUN, 2010).

Neste sentido, Rodrigues (2010) complementa:

“Assim, se animais humanos e não-humanos são iguais na capacidade de sofrer, então merecem que sua dor seja tratada com igual respeito e consideração. Se diferimos em graus de racionalidade, isso pouco importa para fins de liberdade e integridade psicofísica.” (...) “uma ética dissociada da consideração dos interesses animais está a um passo de também comprometer a tutela dos humanos que, justamente, mais precisam de ajuda: crianças, idosos, deficientes (intelectuais).” (RODRIGUES, 2010).

É possível e necessário adotarmos uma nova postura em relação à natureza e aos outros animais, valores de um novo “humanismo não-tirânico, que deixe de ser empenhado em fazer valer um cartesianismo que ainda hoje garante aos homens a condição de “senhores e possuidores da natureza” (SANTOS, 2009). Para superar antigos paradigmas e construir relações mais sustentáveis e éticas, precisamos abandonar a ideia imoral de domínio do mais fraco pelo mais forte, a partir dos valores de solidariedade, fraternidade, irmandade, amor ao próximo, seja ele humano ou não-humano (CHALFUN, 2010).

Considerar e incorporar esses valores éticos, ecocêntricos e não-especistas, para nossa vida diária e para a sociedade que almejamos implica em não fazer ao outro aquilo não queremos que façam conosco. Este raciocínio é amplamente difundido para o tratamento com o outro-humano, desde os ensinamentos espirituais de diversas

tradições, até as legislações pautadas nos direitos da pessoa humana e também na educação tradicional. Mas quando compreendemos o sofrimento, a escravidão e a curta existência com data agendada para morrer dos animais da indústria bilionária que sustentamos, ingenuamente ou não, não há outra saída senão aplicar estes mesmos valores éticos ao outro-animal.

Para questionar esta perspectiva de inclusão de animais na esfera de consideração moral, são comuns as alegações de que estes seres não apresentam características humanas como, a manifestação verbal de seus interesses. Ora, seria ético considerar que bebês e crianças humanas de até certa idade, ou então pessoas debilitadas em suas condições físicas ou psicológicas, não teriam os mesmos direitos de um humano em plenas condições? Certamente este raciocínio não pode ser considerado como pré-requisito para ter seus interesses e direitos à própria vida digna e saudável reconhecidos. Estes casos, conhecidos como “casos marginais” nos indicam que devem ser outros os fatores que nos permitem reconhecer tais direitos aos outros animais que, assim como os humanos, apresentam algum nível de consciência de sua existência, sentimentos de prazer e dor, bem como o instinto de autopreservação de suas vidas (LOURENÇO et al., 2012; FANGUEIRO, 2016).

Como consta na Declaração de Cambridge sobre a consciência em animais humanos e não humanos:

“A ausência de um neocórtex não parece impedir que um organismo experimente estados afetivos. Evidências convergentes indicam que animais não humanos têm os substratos neuroanatômicos, neuroquímicos e neurofisiológicos de estados de consciência juntamente com a capacidade de exibir comportamentos intencionais. Conseqüentemente, o peso das evidências indica que os humanos não são os únicos a possuir os substratos neurológicos que geram a consciência. Animais não humanos, incluindo todos os mamíferos e as aves, e muitas outras criaturas, incluindo polvos, também possuem esses substratos

neuroológicos (DECLARAÇÃO DE CAMBRIDGE SOBRE A CONSCIÊNCIA EM ANIMAIS HUMANOS E NÃO HUMANOS, 2012). ”

Diferentemente de outros animais heterótrofos que matam outros animais para sua sobrevivência, ou mesmo algumas populações humanas pobres, marginalizadas ou tradicionais como povos indígenas que mantêm uma relação mais natural com seu meio, o que ocorre é que a maioria das pessoas, sobretudo as populações urbanas, não matam por sobrevivência, mas ao contrário, matam - ainda que indiretamente, pagando outros para isso - por vontade, por diversão, por curiosidade, para satisfazer o paladar e, mesmo que fosse por necessidade, matam em quantidade exagerada, caracterizando-se uma vontade intrínseca de satisfazer seu ego e de se manter como o primeiro da escala alimentar." (FANGUEIRO, 2016).

São diversas as formas e as atividades humanas que utilizam os animais como recursos para nosso benefício, mas, sem dúvida, a maior delas se refere às corporações que nos vendem produtos animais para alimentação, na forma de carnes, leite, laticínios, ovos e a infinidade de produtos que inclui esses ingredientes em sua composição. Felizmente, tem crescido cada vez mais o número de organizações, movimentos, grupos e pessoas que, individual e coletivamente, buscam produzir e consumir alimentos livres de qualquer forma de exploração animal - bem como, produtos de limpeza, cosméticos, vestuário, entre outros.

Denomina-se “Veganismo” a filosofia de vida que busca excluir, na medida do possível e praticável, todas as formas de exploração e crueldade contra animais para alimentação, vestuário ou qualquer outro fim. Há muitas formas adotar a filosofia vegana, no entanto, um fator fundamental é uma dieta baseada em vegetais evitando todos os alimentos de origem animal, como carne (incluindo peixes, mariscos e insetos), laticínios, ovos e mel - bem como produtos como couro e produtos testados em animais (VEGAN SOCIETY, 2018).

Uma dieta vegana pode trazer grandes benefícios para a saúde quando bem equilibrada, mas, de fato, esta não é a principal razão do veganismo, mas sim o compromisso ético com o direito à vida. Contudo, uma ampla transição vegana é também

uma forma de responder a algumas das questões mais prementes do nosso tempo: a escassez de água e terra que a humanidade enfrenta; a poluição e perda de biodiversidade de espécies terrestres e aquáticas; e mudanças climáticas antropogênicas (ANDERSON, 2018). O veganismo é um poderoso vetor de mudança rumo a uma ética ecocêntrica, que se adotado em escala planetária, promoveria o resgate e a manutenção das diversidades gen(éticas) de uma forma muito eficiente (BRÜGGER, 2009).

Esta filosofia de vida, ecocêntrica, nos oferece uma alternativa de existência e desenvolvimento humano com implicações ambientais muito menores, em relação aos sistemas agropecuários intensivos e predatórios que ainda sustentamos. “O capitalismo é um sistema hierárquico de alienação que, na maioria dos casos, desumaniza o trabalhador individual e, por sua vez, relega os animais não humanos a um status ainda mais baixo: o de mercadoria ou *commodity*.” (ANDERSON, 2018).

O veganismo seria, assim, uma filosofia de vida alternativa à tradicional que ignora, conscientemente ou não, a exploração animal para o nosso paladar e outras vontades. Melanie Joy, uma psicóloga social e escritora estadunidense, cunhou o termo “carnismo” para designar a filosofia ou sistema de crenças, invisível e naturalizado, de se alimentar das carnes de determinados animais, ao qual o veganismo se contrapõe no nível dietético. O carnismo promove um comportamento mecânico e programado nos seres humanos, socialmente induzido e justificado, ao se abrir mão inconscientemente da capacidade de reflexão, sustentando a indústria da pecuária. A grande maioria dos onívoros defende o consumo de carne animal racionalizando seu comportamento a partir dos argumentos de ser uma prática natural, normal, necessária e/ou agradável (FANGUEIRO, 2016; JOY, 2014).

O sistema de pensamento carnista, fundamentado na lógica antropocêntrica, busca evitar o conhecimento aprofundado ou a lembrança da exploração animal que acontece todos os dias ao redor do mundo a estes seres vivos. “Aprisionados em espaços delimitados, manejados dietética e sexualmente de forma padronizada, o valor de suas vidas é estipulado por metas de produtividade.” (FELIPE, 2018). Para se

alimentar de carne diariamente, a pessoa precisa manter ativo o sistema que a fornece: uma grande engrenagem global de corporações que exploram e matam bilhões de animais todos os anos, poluem nosso ar, águas e solos e intensificam a destruição dos ecossistemas da Terra e de sua diversidade biológica. Em um planeta redondo e fechado, não há possibilidade desta engrenagem de matança e destruição ambiental não afetar e prejudicar, também, a nós mesmos.

2. Principais Impactos ambientais gerais da indústria da carne

“Chegamos ao caixa do supermercado com os embutidos e empacotados de origem animal e queremos que o preço dele seja mínimo. Mas aqueles alimentos custaram vidas. Eles custaram, além das vidas, a devastação ambiental. E custarão a quem os come passar por saturações ou deficiências crônicas que o levarão a ter que apelar a drogas criadas justamente para disfarçar o estrago que a dieta fundada nas carnes, laticínios e ovos produz na saúde dos consumidores que a seguem religiosamente. E então, já doentes e cansados, pagarão na farmácia o custo adicional de uma dieta que não lhes traz benefício algum. E, ainda que algum benefício tivesse, esse pode ser obtido ingerindo-se alimentos de origem vegetal, integrais e não processados. A destruição da saúde humana nada mais é do que um desdobramento das duas anteriores: da morte dos animais e da devastação dos elementos naturais (florestas, solo, água, ar e equilíbrio climático).” (FELIPE, 2018).

Para além das questões éticas, apresentadas na seção anterior, é fundamental refletir sobre quais são os impactos socioambientais objetivos e quantificáveis da produção industrial e o consumo de carnes, frangos, peixes, “frutos” do mar, leites, queijos, ovos, couro etc. A partir de uma análise atenta, podemos verificar que muitos

dos impactos ambientais antrópicos - nos oceanos, rios e lagos, nas florestas e outros ecossistemas, na biodiversidade, a poluição atmosférica e as mudanças climáticas - apresentam relações diretas e indiretas com a pesca predatória, a criação de animais em cativeiro e a vasta produção agrícola necessária para alimentar estes animais.

A proporção relativamente muito maior do consumo de recursos naturais e da geração de subprodutos na forma de excretas, urina e gases na produção animal se justifica por um conceito básico de ecologia sobre os fluxos de matéria e energia dentro das cadeias alimentares: a cada transferência de nível trófico, uma larga proporção da energia disponível, de 80 a 90%, é perdida em forma de calor, desta forma, um animal consumidor transforma uma pequena parte daquilo que consome em matéria corporal, sendo que a maior parte da energia absorvida é consumida por meio da respiração, da manutenção das atividades fisiológicas, e da excreção (ODUM, 2004). Assim sendo, a criação artificial e intensiva de animais para produção de carnes e derivados, ao aumentar drasticamente suas populações, requer uma base de sustentação - dentro da pirâmide alimentar - de alimento vegetal e de água consumidos muito maior em relação ao que seria fornecido, diretamente, na forma de alimentos vegetais.

A demanda crescente de produtos pecuários é cada vez mais realizada por sistemas de produção intensivos e industriais, especialmente para galinhas e porcos, especialmente na Ásia. Esses sistemas contribuíram para grandes aumentos na produção: na última década, a produção de carne bovina e ovina aumentou em cerca de 40%, a produção de carne de porco aumentou quase 60% e a produção de carne de frango duplicou. No entanto, a produção pecuária intensificada apresenta sérios problemas de desperdício e aumenta a pressão sobre os sistemas cultivados para fornecer insumos alimentares, com o consequente aumento da demanda por água e fertilizantes nitrogenados (MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005).

A grande maioria da carne que se consome no mundo está sendo produzida da forma industrial: são animais que mal conseguem se mexer, pois “vivem” em espaços pouco maiores que as dimensões de seus próprios corpos ou em locais em que muitos animais são amontoados, em ambos os casos, frequentemente vivendo sobre suas próprias fezes e urina. Além disso recebem quantidades enormes de antibióticos e são nutridos com soja” (HEINRICH BÖLL FOUNDATION, 2015).

A filósofa vegana Sônia Felipe, faz uma elucidação simples, realista e assustadora sobre o consumo de carnes, ao comparar a idade média de 36 meses, idade em que os bovinos são mortos para o consumo de suas carnes, em relação à sua expectativa de vida natural média, de 25 a 35 anos. A conclusão é que, ao fazer um paralelo com a vida humana, o consumo destes bois e vacas seria equivalente a matar e comer crianças de nove anos superalimentadas. O prolongamento de suas vidas, para além de um determinado ponto de maior eficiência de produção em relação ao investimento, não seria nada interessante para a produtividade da indústria. A morte dos indivíduos tão novos garante também que as péssimas condições de “vida” às quais são submetidos não somatizem em doenças mais graves, que seriam mais perceptíveis e intensificadas em idades mais avançadas (FELIPE, 2018).

A produção global anual de carne é de quase 300 milhões de toneladas; a produção total de leite excede 600 milhões de toneladas; e mais de 100 milhões de toneladas de peixes são coletados dos oceanos. (FEUERSTEIN, 2010). Esta enorme produção não é somente a consequência da maior demanda, uma vez que as poucas e grandes corporações transnacionais que lucram com esta matança, junto dos governos e organizações alinhados com ela, estimulam este crescimento de demanda através do marketing, dos subsídios públicos e da alienação do consumidor sobre os processos e impactos da indústria animal no mundo.

Globalmente, o maior usuário de ração baseada em culturas agrícolas é a indústria avícola na Ásia-Pacífico, Europa e América do Norte, que utilizou 41,5% da produção mundial em 2009. O consumo de aves aumentou sua participação na produção mundial de carne de 15% em meados dos anos 1960 para 32% em 2012, uma vez que

o consumo *per capita* aumentou três vezes neste período. Em 2014, havia mais de 23 bilhões de frangos, perus, gansos, patos e outras aves para consumo no planeta - mais de três por pessoa (WWF, 2017).

A pecuária é responsável pela emissão de 6 a 32% dos gases de efeito estufa no mundo, dependendo da base de cálculo adotada. É comum quantificar apenas as emissões diretas dos rebanhos, mas se incluirmos também as emissões totais geradas pela produção de forragens, fertilizantes e pesticidas, pelo arado, pela derrubada de florestas para plantar soja e outras culturas utilizadas como ração animal, essa proporção torna-se maior. (HEINRICH BÖLL FOUNDATION, 2015). Considerando também que não são apenas os animais abatidos que geram tais impactos, mas todo o rebanho alimentado e mantido globalmente, o impacto se torna maior ainda. Para o Brasil, Felipe (2018) calcula que as emissões totais da pecuária superam muito os 15,4% anunciados pelo *Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa* do Governo Brasileiro podendo chegar a 60% das nossas emissões.

As culturas agrícolas destinadas para ração animal já são produzidas em muitas das áreas mais valiosas e vulneráveis da Terra, como a Amazônia, o Cerrado, a Bacia do Congo, o Yangtze, o Mekong, o Himalaia e as florestas do Planalto do Decã. Muitas dessas regiões sensíveis e biodiversas já sofrem pressão significativa sobre os recursos terrestres e hídricos, e não são adequadamente cobertas por políticas de conservação. A crescente demanda por produtos pecuários e a intensificação e expansão agrícola associadas a ela ameaçam a biodiversidade dessas áreas e a segurança dos recursos e da água de seus habitantes, bem como a estabilidade dos solos para o suprimento de alimentos, em longo prazo (WWF, 2017).

A devastação florestal e dos ecossistemas está diretamente ligada à necessidade de espaço, pastos e cultivo de ração para a agropecuária. A perda de hábitat é conhecida no meio científico, como a primeira causa das extinções atuais e a maior ameaça à biodiversidade. A derrubada de vegetação nativa para abertura de pastos elimina espécies da flora (muitas ainda pouco estudadas e outras sequer conhecidas academicamente) e com ela milhares de espécies animais, desde microfauna até

predadores de topo, que perdem seus territórios (REIS, 2013). Segundo relatório da FAO a pecuária causou 80% do desflorestamento no Brasil entre 1990-2005, sendo que a expansão dos pastos causou a perda de pelo menos um terço das florestas em seis dos sete países latino americanos analisados (FAO, 2016).

“Teoricamente, seres humanos e ruminantes não devem competir por comida(...), mas no total, quase um terço dos 14 bilhões de hectares de terras cultiváveis no mundo é usado para produzir forragem. E, se considerarmos também os subprodutos agregados às forragens, como a palha e a pasta de sementes de soja, colza ou uvas, três quartos do total das terras de cultivo são, de alguma forma, usados para produzir forragem.” (HEINRICH BÖLL FOUNDATION, 2015).

Sobre a produção global bovina, Sônia Felipe complementa:

“Os rebanhos bovinos e bubalinos ocupam o primeiro lugar em emissão de gás metano no planeta, com 1,3 bilhões de cabeças ao redor do mundo, emitindo cada indivíduo pelo menos 140 g de metano, num total estimado de 182 mil toneladas ao dia, ou 66 milhões de toneladas ao ano” (...) “Proporcionalmente ao número de humanos em relação ao número de bovinos criados para serem mortos, o Brasil é o maior abatedouro do mundo, logo, o maior devastador de água, grãos, cereais e plantas, o maior acumulador de dejetos bovinos do mundo, o maior sangrador de animais do mundo” (FELIPE, 2018).

O consumo de água desta indústria global de produtos animais é assustador, considerando que a atividade que mais consome água – sendo apontada como a principal causa da crise hídrica mundial – é a agricultura, que utiliza 70% da água doce disponível no mundo, e que um terço da cota que abastece a agricultura é destinado à pecuária. O crescimento da indústria pecuária mundial vai agravar o quadro de superexploração e contaminação de rios e lagos: de um lado, o recurso é utilizado no cultivo de alimentos para os animais, por outro, os resíduos da pecuária contaminam as águas subterrâneas (HEINRICH BÖLL FOUNDATION, 2015). Para se produzir 1 kg de

carne são necessários cerca de 13.000 litros de água, enquanto para a produção de 1 kg de cereais entre 1.000 e 2.000 litros são suficientes (FAO, 2009). Em um mundo de 7 bilhões de pessoas, a excreta de bovinos, suínos e aves, sem contar a de todos os outros animais, equivale a de 40,8 bilhões de humanos: são montanhas de fezes e urina diariamente despejadas nas águas e nos solos (FELIPE, 2018).

Sobre a produção de leite, considerando o consumo das vacas, para cada litro extraído delas, é preciso fornecer, aproximadamente, meio quilo de ração concentrada (que custou 225 litros de água na produção de 250 g de milho, e 412 litros de água usados para cultivar os 250g de soja), dois quilogramas de forrageiras (400 litros de água) e 8,5 litros de água para hidratar a vaca. Cada litro de leite requer, portanto, 1045 litros de água da produção, que somados aos 868 litros gastos em seu processamento, totalizando uma aproximação de 1913 litros de água por litro de leite. Considerando que para a produção de um quilograma de queijo são necessários, em média, 11 litros de leite integral e 42 litros para a manteiga, além de se multiplicar o consumo de água de cada quilo por estes fatores, em relação à produção de leite, multiplicam-se também a produção de excremento bovino para a manutenção destas produções: apenas um quilograma de queijo é responsável por 110 kg de excreta, enquanto um quilograma de manteiga, por 420 kg. ” (FELIPE, 2012).

É possível e necessário quantificar também os impactos ecológicos e também na saúde humana da aplicação de agrotóxicos em larga escala; dos cultivos geneticamente modificados, muitas vezes diretamente associados aos agrotóxicos; e do uso indiscriminado de aditivos e antibióticos que são utilizados tanto para o controle de doenças quanto para acelerar o crescimento das aves. Segundo a OMS, atualmente são administrados mais antibióticos a animais saudáveis do que a humanos doentes. O Brasil, desde 2008, é o maior consumidor mundial de agrotóxicos e o cultivo da soja responde por cerca de 45% do valor do consumo destes produtos no país (HEINRICH BÖLL FOUNDATION, 2015).

A alimentação de animais dos sistemas de pecuária intensiva com culturas vegetais que poderiam ser consumidas por seres humanos não é apenas uma maneira

ineficiente de adicionar proteína à nossa dieta, mas também apresenta efeitos adversos sobre a nossa saúde. Essa cadeia de produção e consumo perpetua os impactos negativos, cada vez mais conhecidos, da dieta ocidental em nossa saúde, como problemas cardíacos, derrames cerebrais e diabetes tipo II. Nós já produzimos o suficiente para alimentar o mundo de forma saudável e equilibrada, mas o consumo excessivo, a desigualdade, o desperdício e os sistemas inadequados de produção e distribuição impedem a universalização do acesso à alimentação e a conservação dos ecossistemas (WWF, 2017).

3. Educação Ambiental e práticas transformadoras.

3.1 A Educação Ambiental Crítica brasileira

A partir da reflexão da crise ambiental como crise ética dos valores humanos em relação à vida em suas mais diversas expressões, apresentada no capítulo 1, e do quadro apresentado, no capítulo 2, sobre as consequências ambientais deste modelo de desenvolvimento e dos padrões de vida, de produção e de consumo dominantes, se faz necessário apontar caminhos para a criação e fortalecimento de valores, ações e padrões alternativos, mais éticos e sustentáveis. A educação ambiental, não só enquanto área do conhecimento, mas principalmente como prática político-pedagógica, já vem assumindo este desafio e precisa se fortalecer ainda mais para uma efetiva transição sustentável a partir de mudanças globais na sociedade. Grün (2009) afirma que a Educação Ambiental surge no Brasil, e no mundo Ocidental de modo geral, a partir da constatação de que a educação deveria ser capaz de reorientar as premissas do agir humano em sua relação com o meio ambiente.

A Política Nacional de Educação Ambiental considera a EA como “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do

meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. ” (BRASIL, 1999). Entende-se aqui que estes processos, teóricos e práticos, são justamente os que podem sensibilizar cada vez mais pessoas para serem agentes multiplicadores desta necessária transição de valores e atitudes em relação à preservação ambiental, mas também aos direitos animais.

Contudo, é importante salientar que a educação ambiental é um campo amplo e com diferentes embasamentos teóricos, éticos, bem como diferentes metodologias e práticas educativas, desde as acadêmicas até as práticas institucionais e sociais adotadas pelo conjunto da sociedade, ao ponto de ser possível distinguir algumas tendências ou correntes em EA.

Sobre essa diversidade e complexidade dentro do campo da educação ambiental, Layrargues afirma que:

“... a constatação de que a Educação Ambiental compreendia um universo pedagógico multidimensional que girava em torno das relações estabelecidas entre o indivíduo, a sociedade, a educação e a natureza foi exigindo aprofundamentos que se desdobraram em sucessivas análises e aportes teóricos de crescente sofisticação, tornando essa prática educativa mais complexa do que se poderia imaginar. ” (LAYRARGUES, 2011).

Sauvé (2005) apresenta “Uma cartografia das correntes em educação ambiental” explorando diversas tendências de se compreender e de praticar a ação educativa no campo da educação ambiental, a partir de alguns parâmetros como: qual a concepção dominante de meio ambiente; qual a intenção central da educação ambiental; quais os enfoques privilegiados; além de apresentar alguns exemplos que ilustram cada corrente apresentada. Ao elaborar este “mapa” e nomear estes diferentes caminhos no campo da educação ambiental, a autora não se propõe a fragmentar as correntes, uma vez que existem convergências, divergências e características que não as tornam mutuamente excludentes, nem “um grilhão que obriga a classificar tudo em categorias rígidas”, mas a apresentar e aprofundar a diversidade de perspectivas dentro deste campo de

conhecimento. Sauvé nos apresenta as seguintes correntes: naturalista; conservacionista/recursista; resolutiva; sist mica; científica; humanista; moral/ tica; holística; biorregionalista; prática; crítica; feminista; etnográfica; a da eco-educa o; e a da sustentabilidade.

  possível também, e interessante para fins didáticos e político-pedagógicos, agrupar ou localizar as múltiplas tendências no campo da educa o ambiental, listadas e list veis, em alguns grandes grupos, de forma mais simplificada, a partir de suas características comuns. Desta forma, ao entender as principais diferenças entre os polos ideológicos existentes no campo da educa o ambiental,   possível localizar determinados estudos e práticas, sobretudo as nossas próprias, de forma mais transparente e honesta, ao invés de se utilizar de uma suposta neutralidade política e ideológica. Entende-se aqui que qualquer estudo ou prática se baseia em determinados pressupostos, visões de mundo, ideologias e influências culturais que serão determinantes para fundamentar distintas formas de se compreender, estudar e trabalhar a educa o ambiental. Assume-se, assim, a impossibilidade de se atingir uma neutralidade real neste campo de conhecimento ou em qualquer outro: a ciência não   neutra.

No sentido de caracterizar as macrotendências político-pedagógicas da Educa o Ambiental brasileira, Layrargues (2011) descreve e apresenta três delas: a conservadora, a pragmática e a crítica. A primeira, e mais antiga, teria rela o com os movimentos ecológicos mais estritos, de característica naturalista, conservacionista e comportamentalista, que, em geral, não questionam ou atuam sobre a realidade social e política que causa a crise ambiental; a segunda, considerada como uma deriva o mais recente da primeira pelo autor, segue a linha comportamentalista e individualista, no sentido de "cada um faz a sua parte", principalmente no contexto urbano, em que se sobressai a temática do "lixo" e da esperança no mercado e nas tecnologias como principal vetor de transi o para a sustentabilidade; por fim, a terceira, seria a macrotendência que surgiu inicialmente como corrente "alternativa", mas se consolida como educa o ambiental crítica, fazendo um contraponto às tendências anteriores, se nutrindo do pensamento freireano, dos princípios da Educa o Popular, da Teoria

Crítica, da Ecologia Política e de autores marxistas e neomarxistas que pregavam a necessidade de incluir no debate ambiental a compreensão político-ideológica dos mecanismos da reprodução social que estruturam nosso sistema político econômico e causam os desequilíbrios socioambientais que hoje conhecemos.

A educação ambiental conservadora apresenta uma perspectiva simplista e reducionista de se perceber e atuar na nossa realidade socioambiental, que é complexa. Em geral, esta perspectiva, por seu viés individualista e comportamentalista, reproduz o que Paulo Freire define como “educação bancária”, uma vez que o conhecimento é transmitido (ou depositado), unidirecionalmente de educador para educando, como se este último fosse uma folha em branco, acrítica e sem vivências capazes de enriquecer e colaborar com o processo pedagógico. Pelo fato de não questionar de forma crítica as estruturas sociais e políticas que orientam a ideologia dominante e causam a crise socioambiental que vivemos, e de certa forma reproduzi-los, a educação ambiental conservadora traz grandes dificuldades para uma mudança profunda na sociedade, talvez porque, em geral, este nem seja um de seus objetivos (GUIMARÃES, 2004).

A macrotendência denominada pragmática, ou as versões mais atuais da educação ambiental conservadora, seria aquela mais alinhada com os conceitos dominante de desenvolvimento sustentável ou de economia verde. Por também não ousar pensar fora dos limites e paradigmas do atual sistema político econômico baseado no produtivismo, no consumismo e no lucro, esta tendência transfere ao indivíduo a responsabilidade de moderar seu comportamento em direção à ideia de consumo sustentável e não traz para o centro do debate que, é no âmbito da coletividade e das relações políticas e sociais que a humanidade exaure os recursos naturais em busca de crescimento econômico ilimitado - por intermédio do Estados, das empresas e outras organizações humanas (LAYRARGUES, 2011). A preponderância desta vertente na educação ambiental brasileira é bem ilustrada pelo tema da reciclagem e da coleta seletiva, com seus cestos coloridos, e do consumo de “produtos verdes” terem mais centralidade na maioria das práticas educativas do que uma mudança coletiva de valores humanos em relação ao nosso ambiente, seja ele urbano, rural ou natural.

Buscando superar os limites das tendências apresentadas a educação ambiental crítica, no Brasil, busca refletir sobre os processos históricos e sociais, locais e globais, que geram prejuízo aos ecossistemas e aos outros seres vivos, mas também às pessoas que, justamente por conta destes processos, vivem em contextos socioambientais relacionados à pobreza, à desigualdade, bem como dificuldades de acesso à água potável e ao saneamento básico. A macrotendência crítica objetiva promover ambientes educativos de mobilização e intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais, sejam eles a escola, a comunidade ou qualquer outro espaço formal ou não-formal que pode ter potencial educativo e transformador. Neste sentido, também se refuta a ideia corrente de que o público prioritário, ou exclusivo, desta educação sejam as crianças: a educação ambiental crítica busca envolver todas as faixas etárias, adaptando seus conteúdos, temas e metodologias para cada uma delas (GUIMARÃES, 2004).

Uma outra questão fundamental ao se refletir, estudar e praticar a educação ambiental crítica tem relação com a sua “natureza pedagógica”. Seria a educação ambiental apenas o ensino das ciências ambientais a partir da reflexão e realização de atividades sobre o tema “meio ambiente”, inserida nos espaços e utilizando-se dos métodos da educação tradicional, desde a básica até a superior? Ainda que o termo possa sugerir que o adjetivo “ambiental” direcione, qualifique ou delimite um tema específico para “a educação”, adota-se aqui uma perspectiva inversa: uma identidade de EA na qual o “ambiental” como valor substantivo a localiza no campo ambiental, afirmando suas origens históricas e políticas específicas no seio do movimento ambientalista brasileiro e latino-americano, “como um movimento da sociedade para a educação, repercutindo no campo educativo os efeitos conquistados pela legitimidade da temática ambiental na sociedade.” (CARVALHO, 2002).

Nesta perspectiva crítica e transdisciplinar, cabe às ciências ambientais, à biologia, à geografia etc. a inclusão do tema ambiental no ensino tradicional. Já à educação ambiental - ainda que não só possa, como deva dialogar com estas e outras áreas, campos e disciplinas - possui outra natureza: transformar a prática educativa convencional, ao entendê-la como não-ambiental, questionando e superando alguns

pressupostos, explícitos ou implícitos, como de que vivemos em um planeta com recursos infinitos e de que a humanidade teria o direito de explorá-los, independentemente das necessidades e da existência de outras tantas espécies que nele habitam. Entendendo que esta forma de compreender o mundo, aliada a uma educação fragmentada e uma economia produtivista, são a origem da crise ambiental, podemos direcionar os esforços deste novo olhar e desta nova educação para as causas da questão ambiental contemporânea, ao invés de se restringir à mitigação e ao apaziguamento de suas consequências.

Com suas raízes no seio dos movimentos de educação popular e em seus ideais democráticos e emancipatórios do pensamento crítico aplicado à educação, a educação ambiental crítica brasileira incorpora o questionamento e a busca por romper com uma visão de educação passiva, tecnicista, difusora e repassadora de conhecimentos. Paulo Freire, como principal referência da educação popular no Brasil insiste, em toda sua obra, na defesa da educação como formação de sujeitos sociais emancipados, autônomos, críticos e autores de sua própria história. A partir de permanentes processos de aprendizagem, a EA crítica contribui para a formação de sujeitos ecológicos: pessoas com “subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, modelo para a formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental” (CARVALHO, 2004).

Além das macrotendências expostas, convém apresentar um outro movimento com valores, objetivos e pressupostos bastante próximos à educação ambiental crítica: a Ecopedagogia. Com o termo cunhado por Francisco Gutiérrez e bastante desenvolvido pelo educador brasileiro Moacir Gadotti, esta linha também se fundamenta na pedagogia freireana e compreende a educação como um processo de elaboração de sentidos, a partir de uma concepção dinâmica, criadora e relacional. Em contraposição à ciência mecanicista de Descartes e Newton, fundadas na racionalidade instrumental, e também à hegemonia neoliberal contemporânea, a ecopedagogia se fundamenta no pensamento complexo, progressivo e holístico, com referências no físico austríaco Fritjof Capra e no teólogo brasileiro Leonardo Boff. Nesta perspectiva, adota-se uma ecologia

fundamentada eticamente, a partir de um processo pedagógico cotidiano de reencantamento com o mundo e atribuição de sentido a ele como nosso ecossistema planetário. A partir desta cidadania planetária, com a vida cotidiana como *locus* da mediação pedagógica, o processo educativo permite desenvolver atitudes de abertura, interação solidária, subjetividade coletiva, sensibilidade, afetividade e espiritualidade (AVANZI, 2004).

A partir das contribuições da educação ambiental crítica e da ecopedagogia sobre a crise civilizatória, e da necessidade de se transformar nossas atitudes e práticas enquanto sociedade, no sentido de formar sujeitos ecológicos e cidadãos planetários, retomamos às questões éticas e ambientais relacionadas com a exploração da natureza e dos animais não humanos. Santos (2009) nos aponta que:

“Ante aos desafios que a realidade nos impõe, buscamos considerar a educação em seu sentido emancipador, ao possibilitar que o educando participe do desenvolvimento dos acontecimentos sociais, promovendo uma nova maneira de ver os fatos e, conseqüentemente, uma possível diminuição no processo de alienação a que todos estão submetidos.” E que “...o sujeito ecológico, em algum nível, partilha a crença na possibilidade de curar o conflito entre natureza e cultura. Conseqüentemente, essa busca de cura termina instituindo não apenas um discurso político para encontrar novos pactos com a natureza, mas também introduz um estilo de vida (*habitus* ecológico) com o objetivo de alcançar um bem-estar individual e planetário.” (SANTOS, 2009).

Frente aos impasses éticos e às dimensões dos impactos ambientais da exploração animal, principalmente em relação à pecuária intensiva, às monoculturas e pastos que substituem os ecossistemas naturais, à caça e pesca predatórias, se faz necessária uma educação ambiental a partir da qual as pessoas possam questionar esta dura realidade para se mobilizar e nela intervir local e globalmente. A defesa do direito à vida, como valor central na educação ambiental, pode nos orientar para um horizonte de sociedade mais ético e sustentável.

3.2 Por uma Educação Ambiental ecocêntrica e não-especista

A educação ambiental trabalha diretamente com as relações das pessoas entre si, em seus diversos ambientes, bem como com as diversas relações que estabelecemos com os inúmeros elementos naturais, vivos e não vivos, que dividem conosco o planeta Terra. A partir da consideração ética do direito à vida de outros animais sencientes que - como nós - possuem sistema nervoso, sentem medo e dor, lutam por sua sobrevivência, para não serem mortos e nem explorados, pode-se cultivar um padrão de vida mais harmonioso com as outras espécies, além de diminuir significativamente os impactos socioambientais que causamos nos ecossistemas. Uma educação ambiental vinculada a uma ética ecocêntrica e centrada no direito à Vida - como a educação humanitária e a educação vegana - pode contribuir mundialmente para o desenvolvimento de atitudes e de práticas mais sensíveis, mais justas, mais igualitárias e mais sustentáveis.

“Deixar de abordar a temática relacionada aos animais não humanos, deixar de mostrar os bastidores da exploração animal em uma abordagem abrangente de Educação Ambiental, é ignorar a simbiose que existe entre as práticas perversas de exploração animal e a visão utilitarista e antropocêntrica de mundo; é compactuar com uma indústria de subjugação animal; é abordar a Educação Ambiental de maneira superficial, ignorando o contexto econômico e social em que se está inserido (GODOY; JACOBS, 2012, p. 45).”

Guimarães (2004) nos aponta que a violência sinaliza para a perda da afetividade, do amor, da capacidade de se relacionar com o outro, como um dos indícios da crise civilizatória que vivemos. Mas é preciso questionar aqui, até quem se estende nossa compaixão e quais violências ainda sustentamos, com nosso modo de vida, mesmo que indiretamente. Mesmo que a grande maioria das populações urbanas não tenham contato direto com a produção de seus alimentos, com a colheita de seus próprios cereais, outros grãos, legumes, raízes, frutos e outros vegetais, estas práticas não apresentam nenhum grande dilema ético, sendo inclusive praticadas por algumas

iniciativas de educação ambiental. O abate animal, entretanto, prática a qual todas e todos que se alimentam de carnes são corresponsáveis, é algo que só se mantém em larga escala, justamente, porque toda essa cadeia produtiva e seus procedimentos são invisibilizados ou mesmo escondidos do imaginário das pessoas, em sua vida diária e também nos espaços de educação formal e não-formal.

Senciência, do latim *sentire*, é definida basicamente como a capacidade de sofrer, sentir prazer ou felicidade. Luna (2008) a descreve como a capacidade de estar consciente de si próprio ou apenas do ambiente que o cerca. O autor aponta também ser inquestionável cientificamente de que pelo menos os animais vertebrados sofrem e são seres sencientes, tendo como evidência para esta afirmação o fato de evitarem ou tentarem escapar de um estímulo doloroso. Sobre o tema Percival (2018) afirma que a sentiência ainda é uma área desafiadora para a ciência no que se refere a estados subjetivos que podem ser difíceis ou impossíveis de quantificar, já que não podem ser meramente reduzidas a processos fisiológicos ou estruturas anatômicas. No entanto, confirma também que pesquisas vêm identificando claras evidências de sentiência em muitos animais não humanos.

A partir da compreensão e consideração real da sentiência do outro, aprendemos desde crianças, em algum nível, a ter empatia com as outras pessoas e, geralmente, mas nem sempre, com os animais com os quais convivemos mais diretamente. A empatia pode ser entendida como a capacidade de habitar a perspectiva do outro: muitos cientistas cognitivos e filósofos argumentam que a tomada de perspectiva empática é fundamental para a formação da consciência humana a partir do desenvolvimento do nosso sentido social e moral. Nesse sentido, essa capacidade humana envolve não apenas a tomada da perspectiva do outro, mas também uma noção do que poderia ser chamado de benevolência ou compaixão, como caminhos fundamentais para uma vida mais ecocêntrica (PERCIVAL, 2018).

Ao desenvolver esta capacidade ética nas pessoas de qualquer idade, sejam nos processos educativos formais ou em quaisquer vivências cotidianas, defende-se aqui, como Brügger (2009) que a educação ambiental deve então rejeitar o antropocentrismo

e o especismo, bem como todas as formas de exercer domínio sobre o outro. Seja como imperialismo, racismo, sexismo, mas também como especismo, entende-se que essas formas hierárquicas de se relacionar com o “outro” são essencialmente egoações.

Ao incluir a dimensão ética na ciência, é possível tecer novos paradigmas que superem nossa herança cultural especista, que faz com que vacas, frangos e porcos não sejam vistos como animais, inclusive, por biólogos e ambientalistas, diferentemente dos animais selvagens ou em extinção, por exemplo (BRÜGGER, 2009).

Para além de promover práticas bem-estaristas que minimizem o sofrimento animal sem garantir o direito à vida, à liberdade e à dignidade, a teoria da libertação animal, por sua vez, enriquece a Educação Ambiental, tornando-a menos antropocêntrica e mais justa para com as demais espécies animais que compartilham o ambiente conosco, desafiando-nos a questionar nossos mais arraigados hábitos, crenças e valores (REIS, 2013). Defender valores de ética, igualdade, justiça e respeito nas práticas de educação ambiental, sem incorporar os princípios do abolicionismo animal - contribuindo assim para a invisibilidade das práticas repugnantes de violência e exploração animal, bem como seus grandes impactos ambientais - é incorrer em uma grande contradição que, apesar de cotidiana, precisa ser superada.

Incorporar o direito à vida como valor central na educação ambiental é valorizar e preservar não apenas os indivíduos e espécies de animais selvagens, muito mais valorizados na educação e nas ciências ambientais, mas também os animais de cativeiro. Com estas espécies, selecionadas para a exploração, a principal relação cotidiana que a maioria das pessoas estabelece se limita ao consumo de suas carnes, peles e também do leite e dos ovos delas extraído, intensamente, até que deixem de ser produtivas para a única razão que nossa sociedade industrial atribui às suas existências: servir-nos. Lovatto et al (2011) consideram que uma educação ambiental complexa pode conduzir-nos a um nível de consciência ecológica que faça com que os seres humanos reinterpretem-se enquanto parte de um todo, garantindo uma continuidade mais saudável e sustentável da co-evolução entre sociedade humana e natureza. Orientada pelos princípios da ecologia profunda, esta educação ambiental nos permite a construção

de “novas metodologias educativas que estimulem a mente humana ao autoconhecimento e, assim, ao respeito mútuo entre humanos e o mundo natural, a nós, intrínseco.” (LOVATTO et al, 2011)

A mudança de paradigmas que buscamos requer uma expansão. não apenas de nossas percepções e maneiras de pensar, mas também de nossos valores, em direção a um paradigma ecológico ou ecocêntrico. Em *Teia da Vida*, Capra (1997) escreve sobre os polos de autoafirmação e integração, ambos como aspectos de todos os sistemas vivos, sem uma distinção entre bom ou mau. Entretanto é fácil notar como nossa cultura industrial ocidental apresenta um excesso de tendências auto afirmativas, ao passo que negligencia as integrativas, tanto no nosso pensamento, como nos nossos valores. Colocando estes pensamentos e valores-chave lado a lado em um quadro, esse desequilíbrio cultural fica mais didático e compreensível:

Quadro 2 – Pensamentos e valores, nas perspectivas autoafirmativa e integrativa

<i>Pensamento</i>		<i>Valores</i>	
<u><i>Auto-afirmativo</i></u>	<u><i>Integrativo</i></u>	<u><i>Auto-afirmativo</i></u>	<u><i>Integrativo</i></u>
Racional	intuitivo	Expansão	conservação
análise	síntese	Competição	cooperação
reducionista	holístico	Quantidade	qualidade
linear	não-linear	dominação	parceria

FONTE: Capra (2013)

Sobre a valorização da vida, de forma mais ampla, Lovatto et al. (2011) também afirmam que:

“...promover a valorização da vida em todos os seus aspectos, fomentando a internalização da biodiversidade (biológica, étnica, cultural), da igualdade social, do simples direito à vida que todos os seres vivos possuem, redirecionando os aspectos utilitaristas para a ideia de pertencimento a um complexo vivo único, inseparável e indivisível do indivíduo e do coletivo, algo que é externo, mas que também está dentro de nós e dos outros, o planeta terra, GAIA”.

Quando trabalhamos com o desenvolvimento de valores na educação ambiental, apontamos um horizonte de significados que implicam um ponto de referência para dotar de sentido o mundo e a vida à nossa volta. Ao reconhecê-los por meio de uma educação que valorize o social juntamente com o natural, a educação ambiental se apresenta como um importante instrumento de reflexão que objetive a valorização de todas as formas de vida, contribuindo para que as outras pessoas, seres vivos, coisas e acontecimentos não nos sejam indiferentes (SANTOS, 2009).

3.3 Práticas Transformadoras

Existem diversas práticas educativas transformadoras que já trabalham no sentido da sensibilização para as questões ambiental e animal conjuntamente, que podem ser potencializadas e fortalecidas na medida em que mais educadoras/es, organizações, movimentos e ativistas contribuam com sua difusão, articulação, bem como a partir do desenvolvimento de novas adaptações e novas práticas para o mesmo fim. Nesta seção final, buscou-se apresentar e descrever algumas das principais práticas e recursos educativos que possam contribuir para uma educação ambiental ecocêntrica e não-especista.

Uma prática educativa mais consolidada que já trabalha estes valores é a Educação Humanitária (EH) que, segundo Castellano e Sorrentino (2015), é um termo bastante utilizado no Brasil, sobretudo por instituições do terceiro setor, mas que ainda carece de um arcabouço conceitual na literatura acadêmico-científica nacional. Esta vertente educacional encontra sua origem no século XVII, com a ideia central de que a compaixão humana pelos animais traria benefícios para o desenvolvimento de outros valores sociais. Nos anos 90, o escopo da educação humanitária se expandiu, abrangendo questões raciais, de gênero, para os direitos humanos, para a paz, para o meio ambiente e também para os direitos dos animais não humanos. Nesta abordagem, são promovidos os valores de respeito à vida, à diversidade, às necessidades de cada ser e são explicitadas também as inter-relações entre diferentes formas de violência, além de se fomentar a compaixão e generosidade.

No Brasil a organização mais conhecida e de referência em Educação Humanitária provavelmente seja o Instituto Nina Rosa, que traz consigo o nome de sua fundadora. A organização entende que a EH cumpre o papel de complementar a educação formal oferecida pelas escolas, com uma metodologia que ensina crianças e jovens a serem pensadores críticos e criativos, inspirando respeito e empoderando-os a serem tomadores de decisões conscientes. Abordando valores positivos como compaixão, solidariedade e ética, a EH contribui para definir as escolhas do indivíduo durante toda a sua vida e para uma sociedade mais justa e pacífica. (ROSA, 2019)

Outra iniciativa mais recente em Educação Humanitária, mas que já apresenta resultados e registros bastante interessantes - além de incluir mais diretamente temas, recursos e metodologias da educação ambiental - é o trabalho desenvolvido pelo Instituto de Educação Humanitária e pelo espaço Vila Natureza Viva, em Camaçari/Bahia, ambos coordenados pelo educador Francisco Athayde. Na página virtual deste instituto, encontra-se um trecho que vai bastante ao encontro das proposições de EA aqui propostas:

“A educação humanitária busca olhar o planeta e a vida de maneira macro, compreendendo o sofrimento no mundo de forma biocêntrica, levando em consideração também todos os entes da natureza, e não apenas a ótica social e humana. Ela traz reflexões importantes a respeito de um modo de vida saudável e pacífico, um estilo de vida simples e ecológico, que tenha o respeito pela vida como um princípio a ser seguido e repassado. É um modelo de educação inovador e transformador, pois contempla todas as faixas etárias, observando a realidade de vida de cada aluno e o que ele pode transformar no seu dia a dia para construir um mundo melhor para todos os seres. Ela integra educação ambiental, educação em valores, educação em direitos humanos, direitos animais, educação política, análise de mídia e cultura e vai mais além, pois tem como foco a harmonia e a contemplação de toda a natureza em suas diversas formas de vida. (EDUCAÇÃO HUMANITÁRIA, 2018)

A educação vegana é outra abordagem pedagógica que incorpora o direito à vida como valor central a partir do recorte bioético da Ética Animal (que também nos inclui enquanto animais humanos), trazendo de forma mais direta e intrínseca o desenvolvimento de uma filosofia e hábitos de vida mais éticos em relação aos seres sencientes ao se contrapor à toda forma de exploração animal. Sendo uma pedagogia essencialmente antiespecista, a educação vegana toma a moral tradicional como ponto de partida para sua superação, a partir do rompimento com o antropocentrismo biocida reinante não apenas na sociedade, de forma geral, mas também no nosso modelo de ensino tradicional. Esta pedagogia trabalha com a mudança no modo de pensar, ver e se relacionar com o outro animal, humano ou não, não só a partir do desenvolvimento da compaixão com o outro, mas também do senso de justiça. A educação vegana é guiada pela compreensão de que, em um mundo riquíssimo em animalidade - seres animados, como nós - devemos levar em consideração com interesse ético cada forma específica e singular de vida, uma vez que nenhuma delas existe como objeto ou utensílio à disposição para o uso humano (DENIS, 2017).

O autor e membro-fundador da Sociedade Vegana escreve também que “o objetivo de uma grande porção da literatura pedagógica nas últimas duas décadas é formar cidadãos autônomos e críticos, guiados pelos ideais de justiça e igualdade.” Entretanto, sem a inclusão de outras espécies, sobretudo os animais que são superexplorados e mortos por nossos interesses e hábitos, no universo de consideração destes valores, estaremos vivendo e ensinando esta grande contradição. Neste sentido, “a educação vegana é a ruptura com um ensino transmissor de um ideal de justiça restrito e excludente, de um ideal de igualdade fechado nos possuidores da posse plena da razão e linguagem como apregoado pela filosofia moral tradicional.” (DENIS, 2010).

Apesar das dificuldades estruturais conhecidas na maior parte do ensino básico brasileiro, com a reprodução de violências de todos os tipos e balizadas pelas lógicas da “educação bancária” e do “vigiar e punir”, a educação vegana nos traz o importante desafio de educar para a compreensão de que o que nos iguala moralmente é a sentiência e que, assim sendo, os outros animais também não toleram a dor e o sofrimento, assim como os indivíduos humanos. Mesmo sendo considerada utópica, em

relação à nossa realidade educacional, são justamente as utopias que fundamentam e inspiram as revoluções. “A proposta de uma vida não violenta, nas relações dos humanos com os outros animais e com os ecossistemas naturais, é revolucionária” (DENIS, 2017).

Entretanto já existem as primeiras escolas veganas no Brasil e no mundo, como espaços de educação formal que incorporam em todas as suas práticas educativas e vivenciais a ética animal. Na Califórnia (EUA), foi fundada por Suzy Amis Cameron, esposa do diretor James Cameron, a *Muse School*, com uma dieta vegana na escola e uma proposta de educar estudantes para a sustentabilidade e preservação do meio-ambiente. No Brasil, a Nativa Escola foi fundada por pessoas envolvidas diretamente com ONGs de proteção aos animais, em João Pessoa, capital da Paraíba, em 2018.

Além da educação humanitária e da educação vegana, existe uma grande diversidade de temas, atividades, recursos e materiais pedagógicos, produções audiovisuais, entre outros, que já contribuem para práticas de educação ambiental incorporando a ética animal e valores mais ecocêntricos e mais sustentáveis. Sobretudo no sentido de sensibilizar a partir de vivências e práticas, e não só apresentar informações quantitativas e científicas, como a construção de hortas escolares e comunitárias; as vivências e atividades baseadas nos princípios da agroecologia, da permacultura e dos sistemas agroflorestais (SAFs); de estudos do meio e visitas a espaços educadores, tanto naturais quanto os transformados pelas populações humanas; bem como o resgate de conhecimentos locais, populares e tradicionais podem ser de grande valia para a educação ambiental. Proporcionar vivências de algum nível de contato com animais em seu estado livre e natural também podem contribuir, especificamente, para o desenvolvimento da empatia da ética animal.

Abaixo, buscou-se listar e descrever tipos de práticas e recursos que podem ser compartilhados, adaptados e difundidos para contribuir, direta ou indiretamente, para práticas com potencial transformador e que se orientam pelo direito à vida, de forma ecocêntrica e antiespecista, na educação ambiental:

1. Apresentação e discussão de documentários e cine-debates adequados para diversas faixas etárias.

O contato direto com ambientes naturais e modificados pelo homem é parte importante da educação ambiental, mas não podemos negligenciar o potencial informativo, formativo e transformador dos recursos audiovisuais e dos materiais em formato de vídeo. Pelo contrário, materiais como animações; documentários; filmes; registros de aulas e palestras, entre outros, são elementos que são cada vez mais acessíveis e fazem parte do cotidiano de pessoas de diversos perfis e faixas etárias. Por este motivo, este tipo de material educativo, pode ser trabalhado tanto a nível individual e espontâneo, como em propostas coletivas de grupos diversos e da educação formal, como escolas e universidades, a partir da mediação de algum(a) professor(a) ou educador(a), além de outros grupos como equipes de associações, empresas, igrejas, coletivos, entre outros. Alguns exemplos de materiais em formato de vídeo que podem servir de exemplo e sugestão, desde que observadas suas respectivas observações descritas, são:

- a. “A Engrenagem” é um curta-documentário elaborado pelo Instituto Nina Rosa, em 2012, que apresenta muitas informações relevantes sobre os impactos ambientais da indústria animal (carnes, ovos e leite, principalmente) de forma bastante didática e convidativa à reflexão, com o auxílio de animações que ilustram e chamam nossa atenção. Com 16 minutos e 37 segundos de duração, e uma linguagem descontraída, o vídeo tem a participação voluntária da modelo e apresentadora Ellen Jabour e do ator Eduardo Pires, ambos vegetarianos, e tem o objetivo de alertar e levantar algumas questões como "você já se perguntou de onde vem nossa comida? Quais os impactos que ela nos traz? A Engrenagem responde." O vídeo pode ser facilmente encontrado na internet, ou acessado pelo *site* do Instituto Nina Rosa (ROSA, 2012).

Figura 1 – Imagem do vídeo: “A Engrenagem”



FONTE: Rosa (2012).

- b. “Além do Carnismo” é uma apresentação do termo e desconstrução da ideologia dominante chamada “carnismo”, com quase 19 minutos de duração. A Doutora Melanie Joy, mestre em educação e doutora em psicologia pela universidade de Harvard, professora de psicologia e sociologia na Universidade de Massachusetts, em Boston, autora do livro premiado “Why We Love Dogs, Eat Pigs and Wear Cows” (Porque Amamos Cães, Comemos Porcos e Vestimos Vacas) conduz e desenvolve sua apresentação com muita didática, exemplos e propriedade sobre o assunto. A palestra pode ser encontrada nas versões dublada e legendada para o português com o áudio original e é adequada para um público adulto, mas também pode ser trabalhada com grupos de jovens que tenham disposição e interesse em um material com abordagem filosófica e científica sobre o tema (JOY, 2015).

Figura 2 – Imagem do vídeo: “Além do Carnismo”



FONTE: Joy (2015).

- c. “Quantos animais matei hoje” é uma palestra de pouco mais de 20 minutos, em português, acessível na internet e desenvolvida por Rafael Bán Jacobsen. Rafael é escritor, membro da Academia Rio-Grandense de Letras e físico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Conhecido pelo ativismo em prol dos direitos animais, é integrante da Sociedade Vegana e conferencista convidado em diversos eventos nacionais e internacionais de vegetarianismo e ética animal. Em sua palestra, a partir de memórias afetivas, descreve o seu percurso de questionamento e reconstrução do paradigma de relacionamento com as espécies não-humanas, delineando as bases de uma possível abolição da escravidão animal. Com centralidade na estimativa realizada pelo autor que dá nome à palestra, ele apresenta e desenvolve reflexões sobre a exploração animal de forma bastante didática. O material pode ser trabalhado em grupos de jovens e adultos (JACOBSEN, 2015).

Figura 3 – Imagem do vídeo: “Quantos animais matei hoje?”



FONTE: Jacobsen (2016).

- d. “Vegana” é uma animação em desenho preto e branco, de 55 minutos, recomendado para maiores de 12 anos, produzida pelo Instituto Nina Rosa que pode ser encontrada facilmente na internet ou adquirida em formato de DVD pela página do Instituto. A história é protagonizada por Luka, uma garota que aprendeu com sua tia Vera sobre o respeito e o valor de cada ser vivo. Com suas atitudes e seu conhecimento sobre a exploração animal, ela tenta sensibilizar sua família e a escola onde estuda. A história de Luka aborda os temas: castração, abandono de animais, denúncia de maus-tratos, circos, zoológicos vegetarianismo, ativismo, compras éticas e muito mais. Com seu exemplo, Luka consegue fazer com que sua família e outras pessoas repensem valores e práticas do dia a dia. Pelo formato narrativo e de desenho, com personagens e situações cotidianas, é um ótimo material para introduzir o tema da ética animal para crianças e jovens em escolas ou outros grupos (ROSA, 2010).

Figura 4 – Imagem do vídeo: “Vegana”



FONTE: Rosa (2010).

- e. “A carne é fraca” é talvez um dos documentários mais conhecidos sobre exploração e ética animal. Produzido também pelo Instituto Nina Rosa, em 2004, o vídeo nos convida a refletir sobre a trajetória de um bife antes de chegar ao seu prato. Narrado pela própria Nina Rosa, com depoimentos de jornalistas e trechos de vídeos marcantes que expõem a triste realidade dos animais criados para o abate, o documentário apresenta os principais impactos que o ato de comer carne representa para a sua saúde, para os animais e para o planeta. Com recomendação para maiores de 14 anos, o documentário pode ser acessado pela internet ou adquirido pela página oficial do Instituto e se propõe a nos apresentar aquilo que não é divulgado pela indústria animal e pelas grandes mídias (ROSA, 2004).

Figura 5 – Imagem do vídeo: “A carne é fraca”



FONTE: Rosa (2004).

- f. “Cowspiracy – The Sustainability Secret”, título traduzido como “A conspiração da Vaca - o segredo da sustentabilidade” é um documentário lançado em 2014 em inglês, com 1 hora e 30 minutos de duração, não recomendado para menores de 10 anos que pode ser adquirido por DVD na página oficial do documentário com o mesmo nome, ou acessado pela internet em suas versões dublada e legendada em português. Com a discussão sobre o meio ambiente como tema central, este documentário inovador é narrado pelo cineasta Kip Andersen apresentando sua trajetória, seus questionamentos e suas impressionantes descobertas. São apresentadas informações atualizadas sobre o impacto da indústria animal e trechos de gravações e tentativas de diálogo com grandes organizações ambientalistas e ligadas ao tema da saúde. O cineasta nos traz para perto de seu raciocínio e sua trajetória chegando à conclusão de que a indústria animal seria a mais destrutiva que o planeta enfrenta hoje e como seu poder econômico e político a permite seguir quase inteiramente sem contestação, apesar da magnitude dos diversos impactos ambientais e à saúde humana que promove.

Pelo formato e extensão, pode ser mais indicado para assistir

individualmente ou em grupos de jovens adultos mais familiarizados e diretamente interessados nos temas de meio ambiente e ética animal, do que como material educativo introdutório para o tema (A.U.M., 2014).

Figura 6 – Imagem do vídeo: “Cowspiracy – The Sustainability Secret”



FONTE: A.U.M. (2014).

- g. “Uma questão de direitos” é um documentário de 43 minutos produzido pelo grupo Biboca Produções no ano de 2014, cujo tema central é o veganismo. A partir de trechos de diálogos e entrevistas de ativistas do movimento e de pessoas comuns que adotaram esta filosofia para suas vidas, que pode ser bastante interessante para introduzir o tema de veganismo e dos direitos animais. Sem apresentar nenhuma cena de maus tratos, abates ou crueldade animal, o documentário aborda de forma acessível a ideia de que todo e qualquer animal tem direito à vida e à liberdade. Apesar de não apresentar cenas não indicadas para crianças, o material tem uma linguagem comum de documentário mais direcionada para jovens e adultos (BIBOCA, 2014).

Figura 7 – Imagem do vídeo: “Uma questão de direitos”



FONTE: BIBOCA (2014).

- h. “The Meatrix” é uma série de animações curtas com cerca de 4 minutos cada e com versões dubladas e legendadas em português, lançada em 2003 que faz uma paródia com a renomada trilogia de Matrix (“The Matrix”) dirigida por Lana e Lilly Wachowsky. Com personagens animais que fazem referência ao elenco principal dos filmes originais, a animação trata de forma lúdica e criativa o processo de descoberta do protagonista, Leo, um porco dentro de uma fazenda de criação e abate, sobre a triste realidade que ele e os outros animais estão submetidos: uma cruel e milionária indústria que os explora intensamente, criando-os e alimentando-os para o abate e o comércio de suas carnes e derivados, como o leite e os ovos. As animações são de fácil acesso na internet e existem também outros recursos e informações na página virtual com o nome da série, incluindo uma seção voltada a recursos para educadores que inclui o acesso livre e gratuito às animações em diferentes idiomas; imagens e máscaras das personagens principais da animação para impressão; além de recursos, ferramentas e informações sobre educação para agricultura sustentável, guia alimentar para as estações do ano e mapa das principais indústrias animais nos Estados Unidos, país de origem da série. Apesar da possível não-identificação imediata com a trilogia de base por faixas etárias mais novas, que possivelmente não a assistiram, a animação, ainda assim, trata o assunto da exploração animal e da situação cotidiana de animais criados

para a alimentação humana de forma bastante criativa e acessível, com grande potencial de sensibilização para crianças e jovens, além de adultos que conheçam a trilogia na qual a série se baseia (GRACE, 2003).

Figura 8 – Imagem da série: “*The Meatrix*”



FONTE: Grace (2003).

- i. “*Meat the Truth* - uma verdade mais que inconveniente” é um documentário e apresentação *stand-up* realizada em 2007 por Marianne Thieme, deputada e ativista holandesa, com 1 hora e 10 minutos, que faz alusão, em seu nome, ao popular documentário de Al Gore “Uma verdade inconveniente” de 2006 que trata e busca sensibilizar o público sobre o aquecimento global. Apresentando estudos e dados, trechos de entrevistas com pessoas comuns e com especialistas, animações e trechos de vídeos sobre o aquecimento global, a indústria animal e o consumo que a mantém, a ativista questiona por que a pecuária, como a indústria “campeã” em emissões de gases de efeito estufa no mundo, além de seus outros impactos ambientais e de toda a crueldade nela envolvida, é pouco ou nada citada por governos, empresas, inclusive ambientalistas como o próprio Al Gore. Os principais pontos que a deputada holandesa mostrou em relação ao impacto ambiental pecuário foram a produção de metano, um gás-estufa muito mais poderoso que o gás carbônico, e o desmatamento de florestas

como a Amazônia. Como outros vídeos neste formato e com este tempo de duração, o vídeo pode ser mais interessante para se assistir individualmente ou em grupos de jovens e adultos interessados na questão do aquecimento global, mudanças climáticas e meio ambiente em geral, como grupos universitários e empresariais (THIEME, 2007).

Figura 9 – Imagem do vídeo: “*Meat the Truth*”



FONTE: Thieme (2007).

- j. “The Herd”, traduzido como “O Rebanho” é um premiado curta metragem de 2014 com 20 minutos de duração, escrito por Ed Pope e dirigido por Melanie Light. O filme é bastante impactante e classificado na categoria de terror por suas cenas fortes e brutais e não é indicado para o público infantil, por exemplo. Contudo, a brutalidade nos assusta justamente porque no filme, mulheres humanas sequestradas e confinadas em jaulas de um estabelecimento são mantidas e manejadas “como animais” para a extração contínua de seu leite. Fazendo uma evidente analogia ao tratamento intensivo destinado à maioria das vacas, o curta permite a reflexão e a possibilidade de desenvolver maior empatia por esses animais quando vemos mulheres humanas sendo submetidas a maus tratos de

forma utilitária e cruel. O filme é recomendado apenas para o público adulto, avaliando-se se é adequado ou não para cada grupo, de acordo com o conhecimento prévio de quem o compõe para não gerar um impacto excessivo em pessoas mais sensíveis ou despreparadas sobre a temática e proposta do filme. Ainda assim, essa inversão de papéis que reflete, apresenta, discute e até ilustra de alguma forma quais seriam nossas sensações e pensamentos ao considerar sermos tratados como os animais para consumo pela indústria animal, ao vermos outros humanos nesta condição, tem grande potencial educativo. Trabalhando esta mesma ideia de outras formas, é possível discuti-la com grupos mais amplos, com menos restrições, promovendo o desenvolvimento da empatia pelos animais.

Figura 10 – Imagem do vídeo: “The Herd”



FONTE: Pope (2014).

- k. “Se fast food falasse, você com certeza ouviria” é um curta de menos de 2 minutos, dirigido por Louis van Zwol e produzido por Erika Vocking que ganhou visibilidade pela *ONG Mercy for Animals*. Uma versão de 60 segundos do curta foi veiculada como propaganda em Nova Iorque, Los Angeles, Chicago e em toda Holanda. No vídeo, um jovem decide ir em uma lanchonete no centro da cidade, após um dia exausto de trabalho,

onde pede uma salsicha de *hot dog*, mas essa salsicha falante inicia um diálogo com o jovem contando parte de sua triste e dramática história e prevenindo-o dos riscos de comê-la. Apesar de bem curto e parcialmente animado, pela linguagem adotada e por algumas rápidas cenas de crueldade animal, o vídeo é mais direcionado para um público adulto do que infantil. Também por seu tamanho, pode ser melhor trabalhado em conjunto com outros vídeos, para fins de educação e sensibilização, uma vez que o vídeo traz a atenção do espectador por ser uma salsicha falante, mas não tem tempo para desenvolver nenhum raciocínio ou reflexão mais profundos.

Figura 11 – Imagem do vídeo: “Se fast food falasse?”



FONTE: van Zwol (2013).

2. Apresentação de músicas educativas.

Assim como os vídeos, as músicas, em geral, tem grande potencial educativo para diversos grupos e propostas educativas desde que selecionadas adequadamente à proposta de atividade e ao perfil do grupo. A mensagem trazida pode ser internalizada, tanto de uma perspectiva mais racional, quanto mais lúdica e sensorial, podendo-se também utilizar os áudios originais ou estimular o aprendizado das melodias e letras para se cantar em atividades educativas.

Existe um número significativo de músicas que trazem o tema do veganismo e da

exploração animal, sobretudo em inglês ligadas ao movimento hardcore e suas vertentes, que trazem em suas músicas um conteúdo de crítica social, política, ambiental, entre outras. Por se tratar de um estilo musical bastante específico e nem todas as pessoas conhecerem ou apreciarem, essas músicas poderiam ser trabalhadas em contextos mais limitados, pensando em propostas diretamente educativas.

Já sobre as músicas infanto-juvenis, existe uma diversidade grande de músicas que tratam sobre alimentação e meio ambiente, mas ainda são poucas as iniciativas mais conhecidas e difundidas sobre a exploração e a ética animal, mais especificamente. Um exemplo interessante e relativamente conhecido é a canção descrita abaixo como sugestão para este público:

- a. “Animal Sente” é uma música infantil de quase 3 minutos, cantada por Nana Lacerda, acompanhada do som de piano Bruno Monteiro, ambos também compositores da letra. A música tem uma linguagem bastante acessível, direcionada e adequada para crianças. O clipe da música é fácil de acessar na internet e acompanha desenhos muito bem feitos, voltados ao público infantil, que ilustram e complementam a música. Além do formato adequado para este público, o conteúdo é bem trabalhado explorando diversos aspectos do sofrimento animal, com foco no desenvolvimento da empatia ao dizer que, como nós, os animais sentem fome, frio, medo, dor e merecem ser bem cuidados (LACERDA e MONTEIRO, 2016).

Figura 12 - Imagem do vídeo “Animal Sente”



FONTE: Lacerda e Monteiro (2016)

3. Informar-se e refletir sobre a realidade dos abatedouros, granjas e fazendas.

A profundidade da reflexão e a possibilidade de transformação de hábitos, em direção à uma postura mais ética e justa com os animais, varia de acordo com as vivências, as convicções, a visão de mundo e as possibilidades concretas de cada pessoa. Mas em qualquer um dos casos, trazer a realidade de abatedouros, granjas e fazendas de criação animal em escala industrial - a partir de recursos como fotografias, vídeos, ou mesmo desenhos - é um tipo de atividade que tem grande potencial educativo e transformador e pode ser trabalhado de forma diversa e criativa, buscando sempre adequar à faixa etária e a outras especificidades do grupo trabalhado. Nesta proposta, quase sempre há algum nível de desconforto que pode gerar sentimentos e reações de tristeza, raiva, negação, ou mesmo choque, principalmente com as pessoas que tenham contato pela primeira vez com esta realidade. É importante, portanto, que quem propõe e media a atividade saiba avaliar, previamente e durante ela, quais materiais e recursos utilizar ou não, bem como a forma de se guiar um debate e reflexão posterior.

4. Realização de bazares, feiras, festivais e eventos veganos

A organização de e/ou participação em eventos como bazares, feiras e festivais veganos pode ter objetivos e resultados também educativos, para além do

entretenimento, consumo e geração de renda. Por sua proposta de difusão de práticas mais éticas e que não explorem os animais para alimentação; vestuário; entretenimento; higiene pessoal e de ambientes, essas práticas têm um viés intrinsecamente educativo, mas que pode ser potencializado a partir de outros recursos da educação ambiental e também ao serem propostos em espaços tradicionais de educação ambiental e de práticas ambientalistas que ainda não incorporaram este tema, pelo menos, como uma alternativa e possibilidade.

5. Realização de eventos e cursos sobre culinária vegana

Apesar do veganismo, como filosofia ampla de não exploração dos animais, não se restringir à alimentação, culinária e nutrição, este é um aspecto importante e cotidiano da nossa relação com os animais, além de um obstáculo para quem desconhece ou tem poucas referências sobre as alternativas possíveis. A realização de eventos, oficinas e cursos sobre nutrição e culinária veganas tem grande potencial educativo que pode ser trabalhado em diversos ambientes e contextos, e até mesmo no ensino formal, de forma transdisciplinar, considerando que o aprendizado não se restringe à apreensão de conteúdos teóricos, e as atividades práticas podem se relacionar a uma série de conteúdos curriculares, além de saberes científicos e populares.

6. Desenvolvimento e difusão de estampas criativas.

As estampas são imagens que podem ser aplicadas em camisetas, broches, cartazes, canecas, pastas ou em diversos outros materiais e superfícies por meio de material adesivo, por exemplo. Com mensagens mais condensadas, e menos informação que um vídeo ou música, as estampas têm maior potencial de circulação e visibilidade, tanto no mundo material quanto no virtual, a partir das redes sociais. A elaboração de estampas, ou mesmo a seleção de estampas pré-existentes, pode ser um excelente meio de sintetizar e comunicar ideias, valores e reflexões para a sensibilização sobre a ética animal.

Figura 13 – Estampa de camiseta



FONTE: VEDDAS (2019).

7. Recursos estéticos de onirismo ativo

Reis (2013) apresenta algumas intervenções urbanas baseadas no onirismo ativo, suas referências, possibilidades e metodologias em sua dissertação. Sinteticamente, a ecologia onírica, inserida na educação estética, se propõe a integrar uma dimensão pedagógica com a educação ética e a educação ambiental, possibilitando a inserção do tema da libertação animal uma vez que o veganismo busca a ruptura com o instituído através do sonho de um mundo sem especismo. A partir de micro intervenções, como pequenas ações com potencial transformador, busca-se provocar e produzir algo totalmente novo no espaço, na mente e no sentimento das pessoas.

Esta perspectiva permite ir além do cotidiano e do trivial, causando reflexões criativas a partir de objetos, frases, artes e recursos em geral, que se propõem a apontar outros horizontes possíveis, de forma simples. Abaixo, alguns exemplos aplicados pela autora:

Figura 14 – Micro intervenção: “Aos invisíveis”



FONTE: Reis (2013)

Figura 15 – Micro intervenção “Agridoce”



FONTE: Reis (2013)

Figura 16 – Micro intervenção: “banquinha com alimentos, panfletos e faixa”



FONTE: Reis (2013)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O consumo de carnes e de derivados animais para alimentação e outros fins - como ovos, leite, laticínios, couro - são práticas milenares que sempre existiram, em algum grau, em diversas sociedades humanas e talvez este seja, justamente, um dos argumentos mais usados para a manutenção dessas práticas. É importante salientar que outras práticas como a guerra, a escravidão, o genocídio e outras tantas violências entre humanos também são milenares e fazem parte de nossa herança cultural. Felizmente, em um mundo que vem reconhecendo os direitos humanos - progressivamente, ainda que de forma desigual e heterogênea entre os países e povos - essas violações têm sido cada vez mais questionadas e confrontadas pelos Estados e pela sociedade como um todo, a partir de legislações, punições e ações educativas. Por outro lado, a exploração animal - mesmo com todas as possíveis analogias à exploração humana em suas diversas formas - segue sendo naturalizada e invisibilizada, uma vez que não se considera o direito à vida e à dignidade aos animais não-humanos, excetuando-se os animais domesticados pelos quais se criam laços de afeto e vínculo emocional e familiar, uma seletividade conveniente e cruel com a grande maioria dos outros animais.

O que é urgente compreender é que, com a revolução verde, a escala de produção agropecuária no mundo cresceu vigorosamente, a partir de novos métodos e tecnologias; e dos interesses econômicos e políticos de se intensificar a produção de alimentos, uma vez que é questionável o argumento de que este crescimento tenha como motivação a superação da fome mundial, dadas as enormes desigualdades e as altas taxas de concentração de renda e acesso a alimentos que existem, até hoje. A produção massiva de produtos de origem animal de hoje, em sua maioria, não corresponde às imagens bucólicas e agradáveis que ainda são veiculadas nas propagandas dos produtos e em suas embalagens. A produção e o consumo de alimentos, bem como de diversos outros produtos, têm um impacto socioambiental muito maior hoje do que antes da revolução industrial e da revolução verde, uma vez que a população humana mundial vem crescendo exponencialmente e o padrão de vida dominante é o consumismo de absolutamente tudo que pode ser vendido - independentemente de seus custos sociais, éticos e ambientais - bombardeado pelo marketing e pelas mídias todos os dias.

Os animais criados em cativeiro funcionam como inúmeros reatores nos quais se injetam água e alimento para que produzam os alimentos e outros produtos animalizados que são amplamente consumidos. Uma informação relevante, mas convenientemente suprimida e escondida, está nos subprodutos gerados nestas linhas de produção, assim como na produção de diversas “coisas” como os plásticos, papéis, combustíveis, eletrodomésticos, automóveis, minérios e as safras vegetais. Além de consumir alimentos vegetais e água em enormes proporções, a indústria animal gera grandes quantidades de gases poluentes e de efeito estufa; restos mortais; sangue; e excrementos que, em sua maioria, não recebem o devido tratamento sanitário.

Nosso sistema político-econômico superexplora os humanos, os outros animais, os ecossistemas e toda a vida no planeta em nome de lucro e do poder concentrado nas mãos de muito poucos. Enquanto isso, em pleno século 21, quase um bilhão de pessoas ainda passa fome. O padrão de vida, produção e consumo que nos é vendido como padrão de felicidade ganha cada vez mais consumidores no mundo todo, na medida em que as populações de países da periferia do sistema capitalista almejam os padrões norte americanos e europeus.

Este sentido de desenvolvimento econômico intensifica, ao invés de refrear, as tendências ambientais catastróficas para a manutenção dos sistemas da Terra. Existem informações e evidências suficientes sobre o risco que corremos, sobre as quais os Estados e a comunidade científica já têm ciência, mas não têm, em sua maioria, vontade política e atitudes para liderar uma mudança global e efetiva. A industrialização e o avanço tecnológico não são ruins em si mesmos, muito pelo contrário, podem e devem contribuir para a melhoria da qualidade de vida e para a transição para uma sociedade mais ética e sustentável: são as mudanças nos paradigmas, nos valores e na ética dominantes que podem, ou não, orientar o desenvolvimento humano para padrões mais equilibrados e sustentáveis.

A crise ética da humanidade de descuido com todas as formas de vida, incluindo a nossa, não pode levar a outro caminho senão mais doenças, sofrimento e morte. Contaminamos a nós mesmos quando poluímos o ar que respiramos, as águas que

necessitamos para viver e os solos nos quais cultivamos nosso alimento. O consumo das carnes e derivados de nossos semelhantes animais são tipicamente justificados como algo natural (“os seres humanos são onívoros”), necessário (“a carne fornece nutrientes essenciais”), normal (“fui criado comendo carne”) e agradável (“comer carne é delicioso”). Mas exploramos, escravizamos e matamos o próximo quando sustentamos as engrenagens dessa indústria bilionária que devasta nosso planeta e nos engana por trás de propagandas e embalagens que mascaram a triste realidade daquilo que, ingenuamente ou não, ainda se come. A aplicação séria e determinada da criatividade humana e da ciência nos dão a possibilidade segura de abolir práticas escravocratas e genocidas com seres sencientes, de forma saudável, racional e empática.

Este processo de sensibilização e informação requer profundo respeito para lidar com a cultura, os interesses e opiniões do outro, em um processo dialógico e não-violento. Entretanto, ao menos numa perspectiva que supere o antropocentrismo em direção ao ecocentrismo, é importante apontar que ao manifestar e justificar seu interesse próprio em manter um padrão de dieta e consumo que prejudica outros seres – seres semelhantes a nós e que tem seus próprios interesses, sobretudo, o de preservação da própria vida e dignidade - estamos partindo, inicialmente, de uma posição de desrespeito e de violência com o outro.

As mudanças culturais não são simples nem rápidas, mas precisamos rever nossos conceitos e adotar novos padrões de vida, baseados na justiça e na igualdade para todos, sem distinção. Para se modificar as estruturas de uma sociedade, não bastam apenas a soma alguns esforços individuais: é necessário criar meios, políticas, organizações e movimentos que fortaleçam e propaguem novos valores e atitudes. A educação ambiental pode protagonizar esta transição, mas é necessário que sejamos exemplo optando por um padrão de vida, de dieta e consumo que seja mais leve, saudável, ético e sustentável. Uma educação ambiental realmente crítica, transformadora e emancipadora deve ser também ecocêntrica e anti-especista.

Para os processos de educação ambiental, no geral, e sobre a causa da ética animal em específico, é necessário muito mais que informação, mas também

sensibilização. A partir das práticas e recursos apresentados, espera-se contribuir para enriquecer e orientar práticas de educação ambiental que contribuam, por sua vez, para uma transição para uma sociedade mais ética e sustentável, ao abolir progressivamente toda e qualquer forma de exploração animal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Nathália F.; DA SILVA, Carla M.; DA ROCHA FILHO, João B.– Para além do Biocentrismo e Singer: por uma visão cosmocêntrica na educação científica. In Transdisciplinaridade no Ensino de Ciências. EDUNISC, 2017

A.U.M., Films & Media. "*Cowspiracy – The Sustainability Secret*". 2014. (1h30m39s). Disponível em:<<http://www.cowspiracy.com/>>. Acessado em 05 de janeiro de 2019

BENJAMIN, Antonio Herman. "A Natureza no direito brasileiro: coisa, sujeito ou nada disso", [s.d.], 18

BIBOCA, Produções. "Uma questão de direitos". 2014. (43m33s). Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=cKhCFA735a4>>. Acessado em 05 de janeiro de 2019

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de outubro de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 set. 1981

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 28 abr. 1999.

BRÜGGER, Paula. "Educação ou adestramento ambiental? ". 1994

_____. "Nós e os outros animais: Especismo, Veganismo e Educação Ambiental". Linhas Críticas 15, no 29 (2009).

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Tradução Newton Roberval Eicheberg - São Paulo: Cultrix, 2006

CARVALHO, I. C. M. O 'ambiental' como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. In: Sauvé, L. Orellana, I. Sato, M. Textos escolhidos em Educa o Ambiental: de uma América   outra. Montreal, Publications ERE-UQAM, 2002, Tomo I, pp 85-90

CASTELLANO E SORRENTINO "Devemos aproximar questões sobre  tica e direitos animais   educa o ambiental? O que pensam educadores ambientais brasileiros sobre esse tema". *Pesquisa em Educa o Ambiental* 10, no 1 (6 de julho de 2015): 88–103.

CHALFUN, Mery. Paradigmas filosóficos - ambientais e o direito dos animais. Revista Brasileira de Direito Animal. Vol. 06. pp. 209-246. Jan/Jun. Salvador: Evolução, 2010

DECLARAÇÃO DE CAMBRIDGE SOBRE A CONSCIÊNCIA EM ANIMAIS HUMANOS E NÃO HUMANOS. Disponível em: <http://www.animal-ethics.org/declaracao-consciencia-cambridge/> (Acessado em 14/01/2019)

DENIS, Léon. O que é educação Vegana. 2010

_____. Educação Vegana: perspectivas no Ensino de Direitos Animais. São Paulo, Filoczar. 2017

DIEGUES, A.C. “Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas”. São Paulo em Perspectiva. 6 (1-2): 22-29, jan/jun, São Paulo, 1992

EDUCAÇÃO HUMANITÁRIA. O que é Educação Humanitária? Disponível em <<http://despertandovalores.wixsite.com/educacaohumanitaria/educacao-humanitaria>> acesso em 20 de dezembro de 2018.

FANGUEIRO, Jade. A invisibilidade do sistema carnista e a necessária percepção dos animais como sujeitos de direito. 2016

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). El Estado de los bosques del mundo 2016. Los bosques y la agricultura: desafíos y oportunidades en relación con el uso de la tierra. Roma. 2016

_____. The State of Food and Agriculture. Roma, 2009.

FELIPE, Sônia T. Carnelatria Escolha Omnis Vorax Mortal. 2018

_____. Galactolatria: mau leite. 2012

FEUERSTEIN, George; Feuerstein, Brenda. Yoga Verde. Tradução Claudia Gerpe Duarte. - São Paulo : Pensamento, 2010

FOX, Warwick. Deep Ecology & Virtue Ethics. Philosophy Now, 2000.

_____. Deep ecology: A new philosophy of our time?. Environmental Ethics, p. 252-261, 2003.

GODOY, M. T.; JACOBS, A. L. Animais não humanos e ensino de ciências: uma experiência desenvolvida com educadores na extensão universitária. Revista Educação e Cidadania, Campinas, v. 1, n. 14, 2012.

GRACE, Communications Foundation. "The Meatrix". 2003. Disponível em:<<http://www.themeatrix.com/>>. Acessado em 05 de janeiro de 2019

GRÜN, Mauro. A Outridade da Natureza na Educação Ambiental. GRÜN. In: CARVALHO, I.C.M.; GRÜN, M.;TRAJBER, R.. (Org.). Pensar o Ambiente: bases filosóficas da Educação Ambiental. 1ed.Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2006, v. 26, p. 171-180.

_____. Em busca da dimensão ética da Educação Ambiental. Campinas: Papyrus Editora, 2007

HEINRICH BÖLL FOUNDATION. Atlas da carne: fatos e números sobre os animais que comemos. – Rio de Janeiro: Heinrich Böll Foundation, 2015.

JACOBSEN, Rafael Bán. "Quantos animais matei hoje?". 2016. (20m15s). Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=lkoCzh1_Idg>. Acessado em 05 de janeiro de 2019

JOY, Melanie. "Além do Carnismo". 2015. (18m52s). Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=GzS0hSeKVFw>>. Acessado em 05 de janeiro de 2019

_____. Porque amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas: uma introdução ao carnismo: o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não.1 ed.São Paulo: Cultrix, 2014.

LACERDA, Nana; e MONTEIRO, Bruno. "Animal sente". 2016. (2m46s). Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=FOt5-qQuBWg>>. Acessado em 05 de janeiro de 2019

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Mapeando as macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. VI Encontro "Pesquisa em Educação Ambiental". 2011

LEONARD, Annie. A história das coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos / Annie Leonard com Ariane Conrad; revisão técnica André Piani Besserman Vianna; tradução Heloísa Mourão. – Rio de Janeiro: Zahar, 2011

LOURENÇO, Daniel Braga. "Sustentabilidade, economia verde, direito dos animais e ecologia profunda: algumas considerações", [s.d.], 43.

LOVATTO, Patrícia Braga, Shirley Nascimento Altemburg, Hélio Casalinho, e Eduardo Alexis Lobo. "ECOLOGIA PROFUNDA: O DESPERTAR PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMPLEXA" 16, no 3 (2011): 16.

LOVELOCK, James. Gaia: cura para um planeta doente. São Paulo: Cultrix, 2006

LUNA, Stelio Paca Loureiro. Dor, Senciência e Bem-Estar em Animais. Ciênc. vet. tróp., Recife-PE, v. 11, suplemento 1, p. 17-21 - abril, 2008

MARQUES DA SILVA, J. "Do Senciocentrismo ao Holismo Ético: perspectivas sobre o valor da biosfera" 2012. In: Gravitações Bioéticas (A. Barbosa et al. Eds.), pp. 123 – 145, Centro de Bioética da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, Lisboa.

MEADOWS, Donella; Randers, Jorgen; Meadows, Denis. Limits to Growth: The 30-Year Update. Earthscan, London, 2005.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. Food Report. Island Press, Washington. 2005

_____. Synthesis Report. Island Press, Washington. 2005

ODUM, E. P. Fundamentos de Ecologia. 6ª ed. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004

PECORARO, César Augusto. Contribuição da produção confinada de suínos na emissão de amônia e gases de efeito estufa mediante avaliação das metodologias contínua e simplificada. Dissertação de mestrado ESALQ/USP 2015

PIRES et al. Ecocentrismo e comportamento: revisão de literatura em valores ambientais. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 19, n. 4 p. 611-620, out./dez. 2014

PNUMA (2012). GEO 5. Panorama Ambiental Global 5

POPE, Ed. "The Herd". 2014. (20m54s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=w0QvLBllfR0>>. Acessado em 05 de janeiro de 2019

REIS, Priscila Camargo. "O onirismo ativo da libertação animal: contribuições para olhares não-especistas na Educação Ambiental", 2013.

ROCKSTRÖM, Johan, Will Steffen, Kevin Noone, Åsa Persson, F. Stuart Chapin, Eric F. Lambin, Timothy M. Lenton, et al. "A Safe Operating Space for Humanity". *Nature* 461, no 7263 (setembro de 2009): 472–75. 2009

RODRIGUES, Diogo Luiz Cordeiro. Legitimação dos direitos animais. 2010

ROSA, Instituto Nina. "A carne é fraca". 2004. (52m12s). Disponível em: <<http://www.institutoninarosa.org.br/a-carne-e-fracas/>>. Acessado em 05 de janeiro de 2019

_____. "A Engrenagem". 2012. (16m38s). Disponível em: <<http://www.institutoninarosa.org.br/a-engrenagem/>>. Acessado em 05 de janeiro de 2019

_____. "Educação Humanitária". Disponível em <<http://www.institutoninarosa.org.br/educacao-humanitaria/>> acesso em 05 de janeiro de 2019

_____. "Vegana". 2010. (54m39s). Disponível em: <<http://www.institutoninarosa.org.br/vegana/>>. Acessado em 05 de janeiro de 2019

SANTOS, J. R. "Educação ambiental e o trabalho com valores: olhando para os animais não humanos". 2009

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel C. Moura (Orgs.). Educação Ambiental. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 17- 44

SINGER, Peter. Ética prática. 2. ed. Trad: Jefferson L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

THIEME, Marianne. "*Meat the Truth*". 2007. (1h11m26s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hHCCFjB8M48>>. Acessado em 05 de janeiro de 2019

TONSO, Sandro. A educação ambiental que desejamos desde um olhar para nós mesmos. 2010

TUDGE, Colin. "Lies, misconceptions and global agriculture". In The Ecological Citizen Journal, Vol 2, nº1, p77-85. 2018

VAN ZWOL, Louis. "Se fast food falasse" (versão em português). 2013. (1m38s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rs6XX13USUA>>. Acessado em 05 de janeiro de 2019

VEDDAS. Estampa de camiseta. Disponível em:
<<https://www.lojavegetariana.com.br/p163c73/ONGs/VEDDAS/Camiseta-Nao-e-Sua-Mae-Nao-e-Seu-Leite>>. Acessado em 07 de janeiro de 2019

VEGAN SOCIETY. Definition of Veganism. Disponível em:
<<https://www.vegansociety.com/go-vegan/definition-veganism>>, Acesso em 12 de dezembro de 2018

WORLDMETERS. Current World Population. Disponível em:
<<http://www.worldometers.info/>>. Acesso em 10 de dezembro de 2018

WWF. Appetite for Destruction Summary Report. 2017